



# Anais da Assembleia

Nº 49

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

## Atos da Presidência:

### LEI Nº 9.959

DATA: 29 de abril de 1992

SOMULA: Cria o município de Quarto Centenário, desmembrado do Município de Goioerê, com as divisas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de QUARTO CENTENÁRIO, desmembrado do município de Goioerê, com as seguintes divisas e confrontações:

"Ponto inicial e final: foz da Água Bela, no rio Piquiri, do ponto inicial sobe pela Água Bela até a Rodovia PR-180, sobe por esta até a rodovia Municipal GO-119, segue por esta até encontrar o ramal "RC", seguindo deste ponto até o rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 (inclusive) e 15 (exclusive) da Colônia Goioerê, deste ponto rumo Sul pela divisa das referidas glebas até encontrar o rio Comissário, pelo rio Comissário abaixo até a sua foz no rio Ronquito, desce por este até a sua foz no rio Piquiri, desce por este até a foz da Água Bela, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

### LEI Nº 9.960

DATA: 29 de abril de 1992

SOMULA: Cria o município de Perobal, desmembrado do Município de Umuarama, composto pelo Distrito de Perobal e pela localidade de Cedro, com sede na localidade de Perobal.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de PEROBAL, desmembrado do município de Umuarama, composto pelo Distrito de Perobal e

pela localidade de Cedro, com sede na localidade de Perobal e com as divisas e confrontações seguintes:

"Tem como ponto inicial e final a foz do córrego Mariza no ribeirão Peroba, sobe pelo ribeirão Peroba até a foz do córrego do Canto ou Curuvu, sobe por este até a sua nascente, deste ponto segue pela divisa dos lotes 5-A (inclusive) e 5-E (exclusive) até a estrada Pau D'Alho, seguindo por esta estrada até o entroncamento com a Estrada Vermelha, pela Estrada Vermelha até a altura da nascente do ribeirão Peroba, deste ponto rumo Nordeste em linha reta e seca até atingir a nascente do ribeirão Palmital, desce por este até a sua foz no rio Goioerê, descendo por este (divisa intermunicipal com Mariluz) até foz do ribeirão Azul ou São Tomé, subindo por este (divisa intermunicipal com Alto Piquiri) até a Estrada Azul, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora (divisa intermunicipal com Alto Piquiri), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho (divisa intermunicipal com Iporã), até a Estrada Santa Inês (ou estrada Divisora das Glebas 3 e 4), segue por esta até o seu final pelo seu prolongamento até o córrego Mariza, desce pelo mesmo até a sua foz no ribeirão Peroba, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pes-

suti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Hermas Brandão, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Severino Félix (16). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

# S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos Trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.  
- Quero saber se tem quórum para aprovação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu exijo a verificação de quórum. Quero saber quantos Deputados estão em Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - A Mesa irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(E procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)  
30 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quórum para prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata.  
Aprovada.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### Ofícios:

#### OFICIO

«Sob o nº DTL/SAT/74/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº

026/92, em razão do fato da entidade "S.O.S. de Arapongas", já ter sido declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/75/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 574/91, por julgá-lo inconstitucional, tendo em vista que a pretendida alteração na denominação da Escola Estadual Penal do Rio das Pedras, fere o art. 238, da Constituição Estadual, o qual veda tais modificações quando próprios públicos já contenham "nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos" e, ainda em face de informações da SEED contrárias à medida. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/92 e 93/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei nº 83/85 e 005/87. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:  
Anote-se - Arquite-se.

613/91: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 (âmbito de ação da Casa Militar), o qual convertido em Lei tomou o nº 9.943. Anote-se - Arquite-se.

040/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.944. Anote-se - Arquite-se.

062/92: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública o Colégio Diocesano Leão XIII, com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.945. Anote-se - Arquite-se.

048/92: De autoria do Deputado NELSON GARCIA, que declara de Utilidade Pública a Entidade Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes, com sede e foro no Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.946. Anote-se - Arquite-se.

035/92: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Instituto Theodoro Ratisbonne, no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.947. Anote-se - Arquite-se.

ve-se.

014/92: De autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal Proamor de Assistência ao Menor, com sede e foro em Ponta Grossa, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.948. Anote-se - Arquivo-se.

046/92: De autoria do Deputado DUILIO GENARI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga - APAE, com sede e foro no Município de Ipiranga, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.949. Anote-se - Arquivo-se.

554/91: De autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que declara de Utilidade Pública o Lar Rosas Unidas, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.950. Anote-se - Arquivo-se.

039/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Associação Filhas de São Camilo, com sede em Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.951. Anote-se - Arquivo-se.

049/92: De autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara como de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.952. Anote-se - Arquivo-se.

041/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública o Clube do Menor de Guaraniaçu, com sede e foro no município, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.953. Anote-se - Arquivo-se.

037/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro em Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.954. Anote-se - Arquivo-se.

047/92: De autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.955. Anote-se - Arquivo-se.

057/92: De autoria do Deputado HEINZ GEORG HERWIG, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil Marília Barbosa, com sede e foro na Cidade de Cambé - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.956. Anote-se - Arquivo-se.

064/92: De autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Duílio Luiz Bento, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.957. Anote-se - Arquivo-se.

072/92: De autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que dispõe sobre fixação de novas linhas de limites entre os Municípios de Araucária e Contenda, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.958. Anote-se - Arquivo-se.

OFÍCIO Nº 1226/92:spb.

Senhor Presidente.

Venho através do presente, para justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 30/04/92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ROSSONI

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 492/91 (Mensagem nº 99/91), de autoria do Poder Executivo, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, parágrafo único, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de acordo com o disposto no artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento da discussão e votação, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 393/91.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Constituição e Justiça nos enviou ofício solicitando explicações no sentido de respondermos por que o projeto não contraria o artigo 130 da Constituição Estadual.

Face à complexidade da matéria, ainda não conseguimos terminar o parecer, pois estamos embasando-o com diversas opiniões doutrinárias.

##### REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 30 do corrente.

Para tanto, comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, licença plenária no dia 30 de abril, do corrente ano, para representar este Poder Legislativo, no funeral do Senhor JOÃO LEANDRO BARBOSA, popularmente conhecido como João Perigoso, ex-Prefeito do Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o nobre Plenário, seja anexado o Projeto de Lei nº 102/82 ao 465/91, por tratarem sobre a mesma matéria, devendo ser discutidos e votados simultaneamente.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(aa) DALTON MACHUCA  
ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OTTO BRAU NETTO, ocorrido dia 23.04.92 em General Carneiro.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 23 de abril faleceu na

cidade de General Carneiro o Senhor OTTO BRAU NETTO, deixando viúva a Sra. Maria Lakoski e 04 filhos.

O extinto pertencia a tradicional família de General Carneiro.

Seu desaparecimento deixou enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família BRAU, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Comandante do 15º BPM, com cópias ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Comando do Interior da Polícia Militar, congratulando o Comandante JAIRO MELLO, pelo trabalho desenvolvido no combate ao tráfico de crianças, tráfico de drogas e entorpecentes, com distribuição de panfletos explicativos, com orientações e com o envolvimento de adolescentes no projeto que visa evitar estes tipos de delito, com a participação da comunidade através de jovens previamente treinados para orientar, encaminhar e vistoriar estas modalidades de delinquência, cada vez mais comuns em nosso País.

Outrossim, registrar o fato de que o Policial da Rua, com a participação de jovens, afasta o temor de "Repressão" e demonstra que a comunidade pode e deve junto da valorosa Polícia Militar, auxiliar nesta tarefa esclarecedora e preventiva contra tipos de delinquência que atingem a tranqüilidade da população.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Em um momento onde a falta de recursos, equipamentos e até motivação pelo trabalho, a criatividade faz-se necessária para superar todas as dificuldades. Sendo assim não poderíamos deixar de registrar o esforço do Comando do 15º Batalhão da Polícia Militar, sediado no município de Rolândia, procurando com um trabalho integrado entre comunidade e PM, demonstrar a

preocupação das autoridades nestes delitos cada vez mais frequentes e que intranquilizam sobremaneira a família paranaense.

O uso de crianças e adolescentes na distribuição de panfletos explicativos e orientação dos usuários nas rodovias paranaenses, faz com que a imagem da Polícia Militar de "Repressora Intolerante", passe para uma imagem de "orientadores e repressores" sem o temor existente e presente em qualquer "Blitz" Policial.

Ao comandante do 15º BPM, nosso incentivo, aplauso e respeito por este trabalho que une eficiência, participação e entrosamento entre Policiais Militares e Comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de GUARATUBA pela passagem do seu aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ALDO ABAGGE, ao vice-Prefeito e a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de GUARATUBA.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

E com muito orgulho que a população de GUARATUBA comemora a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

O Município de Guaratuba é um dos mais antigos do Estado, figurando entre os cinco municípios fundados no regime colonial. O seu povoamento data do ano de 1.656, que é atribuído a Gabriel de Lara, primeiro Capitão-Mor da Capitania de Paranaguá, que foi iniciador da colonização.

O Município de Guaratuba fez parte da Comarca de Paranaguá até o ano de 1.954, quando passou a constituir distrito judiciário da Comarca de São José dos Pinhais. Hoje, Guaratuba tem a sua própria Comarca.

Guaratuba, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso. Portanto, Guaratuba pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas. Os problemas são o ponto de união de todos que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e avanços mostram que é com trabalho, honestidade e dedicação que se forja um admirado município e que se melhora as condições de vida da população.

Com todo o respeito que o povo de Gua-

ratuba é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento, na certeza de que continuará dando o melhor de seu esforço pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do seu Município.

#### REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta egrêgia Casa, um voto de congratulações para a COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DO PROAGRO - 5ª TURMA DE JULGAMENTO, na pessoa de seu Presidente, Senhor Alceu Porres e demais membros.

Desejamos, através deste voto de congratulações, render uma justa homenagem ao trabalho executado pela Comissão, que no dia 04 de abril passado, completou 01 (um) ano de instalação.

Requeiro ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada a Comissão, em seu endereço à Rua Emiliano Pernetá, nº 10, 14º andar, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão Especial de Recursos do PROAGRO - 5ª Turma de Julgamento, foi instalada em 04 de abril de 1.991. Iniciou seus trabalhos efetivamente em 18 de junho do mesmo ano e, somente em 1.991, reuniu-se 54 vezes, tendo julgado 1.142 processos.

No corrente ano realizou mais de 20 (vinte) reuniões de julgamento, sendo que até 19/03 já haviam sido julgados 524 processos.

Cabe aqui ressaltar a figura de seu Presidente, Senhor Alceu Porres, que este ano completa 50 anos de trabalho junto ao Banco do Brasil S/A, tendo ocupado as mais importantes funções no Paraná e na Carteira Agrícola em Brasília.

Da mesma forma, o Senhor Roulien Basaglia, que ocupa a vice-Presidência da Comissão. Foi Secretário de Agricultura e ex-Delegado do Ministério da Agricultura do Paraná.

Destacamos ainda, o Senhor João Conrado Schmidt, atual Presidente da APEPA - Associação Paranaense de Empresas de Planejamento Agropecuário, e Secretário Municipal de Agricultura de Ponta Grossa e o Senhor Hans Henning Günther, ex-Presidente da ACARPA/EMATER.

Os demais membros que compõem a Comissão, são os Senhores Antônio Henrique de Souza Mascarenhas Neto, Simão Baran Neto, Matilde Rusche, João Antônio Arruda, Juvenal Hideo Saizaki, Fernando Rodrigues Tavares, Maria Eliza Cortezzi Graça, Leib-

nitz Agibert, Sérgio Aguilar Gutierrez, Clair Masetti Júnior, Mauro Santana, Gastão Pinheiro Machado Filho e Jorge Arruda Proença Filho.

Salienta-se que os membros participantes da 5ª Turma não recebem nenhum tipo de remuneração, seja em forma de "jetons" ou outra qualquer, para participarem das reuniões.

É sempre bom lembrar que o fato da Comissão estar instalada no Paraná, certamente permitirá que as análises efetuadas levem em conta os reais interesses dos agricultores, já tão duramente atingidos pelos problemas causados por seus pedidos junto ao PROAGRO.

Pelos motivos expostos, solicito o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor Presidente da TV PARANAENSE Canal 12 pela inauguração da nova e majestosa torre de transmissão daquela emissora, no Bairro das Mercês.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos os paranaenses a inauguração da nova torre de transmissão da TV PARANAENSE Canal 12 no Bairro das Mercês, porquanto tal acontecimento marca a consolidação da liderança da emissora, agora com um dos mais potentes transmissores do País e certamente com uma das melhores imagens para a excelência da qualidade da televisão brasileira.

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos.

Algumas dessas lideranças mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades. Neste contexto a telecomunicação paranaense desfruta também de privilegiada posição, destacando-se com invulgar evidência a TV PARANAENSE Canal 12, somatória de diversos fatores essenciais que a colocam na vanguarda, não somente como empresa de comunicação, mas no sentido mais amplo do conceito de prestadora de serviço, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

A TV PARANAENSE Canal 12 é hoje, sem sombra de dúvidas, o orgulho dos paranaenses e um dos mais fortes pilares de apoio ao nosso desenvolvimento político, econômico e cultural.

Filiada à Rede Globo de Televisão, o Canal 12 exerce há anos uma incontestável liderança de audiência, que se consolida a cada dia, não apenas através do trabalho cotidiano, mas também à criatividade.

Portanto, é realmente auspicioso o evento que está acontecendo no Paraná, com a inauguração da majestosa torre de transmissão da TV PARANAENSE Canal 12.

Pelo que a TV PARANAENSE Canal 12 representa para o Paraná, merece os mais elevados cumprimentos, o empresário paranaense Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. É um homem sobejamente conhecido nos meios empresariais e sociais, respeitado pela sua visão e pelo seu arrojo como empresário bem sucedido, é um exemplo vivo da força, do trabalho e da boa vontade; é um atestado grandioso da crença em nosso Paraná e nos paranaenses.

Daí a razão que consideramos o empresário Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, paradigma dos nossos homens de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade.

#### REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAIME LERNER, Prefeito Municipal de CURITIBA pela feliz iniciativa da inauguração de uma linha especial do sistema "Ligeirinho" em NOVA IORQUE.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O voto de congratulações e aplausos do Poder Legislativo se impõe, prestigiando a iniciativa e o descortino do Prefeito Jaime Lerner.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a população, para o povo. Deve ser popular sem ser populista, deve contemplar o social mas sem ser paternalista. Deve também atender a classe produtora e as elites, sem submeter os direitos do cidadão. Sabemos que isso não é fácil realizar, ainda mais na atual conjuntura brasileira, quando os conflitos sociais e os desencontros políticos e econômicos são acentuados. O administrador tem que administrar estes fatores e todo o dia-a-dia do Município, com suas contradi-

ções, com suas carências, com suas desigualdades.

É preciso acentuar esses fatores para justificar o acerto da administração do Prefeito Jaime Lerner na Prefeitura da Capital paranaense. Ele tem dedicado sua capacidade e seu esforço no sentido de uma administração pública efetivamente em favor do povo de Curitiba. O trabalho da Prefeitura transcorre de forma entrosada e dedicada exclusivamente para o bem estar do povo curitibano, com ações efetivas nas diversas áreas sociais.

O transporte coletivo passa a ser gerenciado segundo o interesse do usuário, a periferia está sendo seguidamente contemplada com melhoria neste setor; e, nesse sentido, podemos destacar com euforia o sistema "Ligeirinho" em nossa Capital.

Agora o Prefeito Jaime Lerner foi mais longe, levou para NOVA IORQUE a tecnologia eminentemente paranaense para inaugurar no exterior, uma linha especial de transporte coletivo do sistema "Ligeirinho". A implantação do sistema em NOVA IORQUE, representa a comprovação do prestigiamento da Capital paranaense no exterior.

Estamos felizes, todos nós que vimos ser hasteada a bandeira brasileira no templo do progresso, graças ao esforço de toda a equipe de trabalho da Prefeitura Municipal de Curitiba, à frente o Doutor JAIME LERNER.

#### REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de regozijo pela designação do Tenente Coronel PM LUIZ EDUARDO HUNZICKER para o comando do Batalhão de Polícia Rodoviária, órgão responsável pelo policiamento em nossas rodovias.

Outrossim, requer que da decisão da Casa se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O Tenente Coronel Luiz Eduardo Hunzicker é um dos mais competentes e estimados oficiais da Polícia Militar do Paraná, com uma invejável folha de serviços prestados a essa corporação e à coletividade paranaense.

No momento, o prestante e modelar oficial desempenha as funções de Comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar (Batalhão Metropolitano), sediado em São José dos Pinhais, exercendo o cargo com eficiência e alto descortino, ao mesmo tempo em que tem grangeado simpatia e admiração, tanto entre seus subordinados como junto aos seus colegas oficiais.

Por isso, foi recebida jubilosamente a

notícia da merecida designação do Tenente Coronel Luiz Eduardo Hunzicker para o comando do Batalhão de Polícia Rodoviária, com sede em Curitiba.

Desse modo, associando-nos a esse júbilo, formulamos o presente pedido, certos de sua aprovação pelo douto Plenário.

#### REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do ITCF, solicitando para que o mesmo autorize o Escritório daquele Órgão no Município de Mallet, a expedir Certidões Negativas de Multas Florestais, bem como outras atividades atinentes.

Com fundamento em pleito efetivado pela Excelentíssima Senhora Vereadora Maria Amélia S. Tartarotti, daquela municipalidade, esta reivindicação se faz com inteira justiça, haja vista que quando da necessidade de tais serviços, os agricultores e proprietários de terras, tem que se deslocar à Comarca de Irati e União da Vitória, para obterem os serviços do ITCF, trazendo com isto, inúmeras dificuldades do ponto de vista de tempo e deslocamento, pois o transcurso é extremamente longo e muitas vezes, tendo que retornar duas ou três vezes, demorando até um mês para a efetiva expedição dos serviços.

E do nosso conhecimento, que muitos municípios integrantes daquela Comarca, têm tido muitas dificuldades para obterem os serviços do ITCF (licenças de corte de lenha e madeiras), principalmente pessoas que possuem cultivo de fumo, esperando muitas vezes muito tempo, pela referida licença, acarretando prejuízos elevados.

É importante que se destaque, que o atual escritório do órgão de Mallet, possui um quadro funcional com a finalidade específica de efetuar o Cadastro Técnico Rural, podendo os mesmos, expedir Certidões, vistorias e licenças.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, recursos financeiros para a construção do Hospital de Teixeira Soares.

Esta necessidade, é uma das mais antigas daquela municipalidade, pois até o momento não possui um Hospital em condições de dar um atendimento em nível de qualida-



de a uma clientela extremamente carente e numerosa. Faz jus a este pleito, face contribuição valorosa no engrandecimento do município e do Paraná.

Outrossim, estes recursos estão dotados, através da emenda nº 041, proposta por este Parlamentar ao Orçamento do Estado do Paraná para o ano em curso, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná e acolhida pelo Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 30.04.92.

(a) TOTI COLAÇÃO

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

O motivo que me traz à tribuna nesta tarde é a situação caótica e desesperadora que passa a agricultura em nosso Estado. Pode parecer um contra-senso falarmos em situação caótica da agricultura, quando a mídia nacional e o próprio governo federal falam da supersafra que estamos vivendo no ano 91/92, a safra 91/92.

Mas ontem, num encontro na sede da OCEPAR, onde estavam todas as entidades que representam a agropecuária dos três Estados do Sul, foi lavrada uma carta que será endereçada ao Ministro da Agricultura e ao Sr. Presidente da República, e eu fui designado, nessa oportunidade, para relatar aos Srs. Deputados esta carta, o que faço no presente momento. (Lê):

CARTA DE CURITIBA EM DEFESA DA AGROPECUÁRIA - 29 DE ABRIL DE 1992.

Após análise e debate da situação angustiante vivida pelos agricultores dos Estados do Sul do País, ante a falta de recursos para comercialização da safra, custeio de trigo e pendências de indenizações do PROAGRO, as lideranças rurais da agropecuária do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidas em assembleia no auditório da OCEPAR, em Curitiba, no dia 29 de abril de 1992, consideramos:

- Que os agricultores, acreditando nas palavras do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, proferidas em 04 de outubro, por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Agricultura, aceitaram o desafio, plantando a safra que ora colhe, com significativo incremento da produção agropecuária nacional.

- Que novamente em 12 de março de 1992, por ocasião da abertura oficial da colheita da safra de verão, no Rio Grande do Sul, o Presidente reafirmou que não faltariam recursos para sustentar a produ-

ção e comercialização.

- Que, a liberação de recursos, amplamente divulgada na imprensa não vem se concretizando na prática, criando uma imagem distorcida perante a opinião pública, uma vez que foram liberados apenas 12,49% do total dos recursos necessários para a comercialização do arroz, milho, algodão e soja na região Sul do País.

- Que os preços pagos aos agricultores não atingem sequer o preço mínimo assegurado por lei.

- Que o setor agropecuário, mesmo tendo aumentado a produtividade, perdeu 48,2% (quase metade) de sua renda nos últimos 10 anos, e portanto, não pode mais ser penalizado, sob pena de se tornar inviável.

- Que, no dia 10 de maio, vence o período recomendado pela pesquisa, para o plantio do trigo em diversas regiões do Paraná, e até o momento não foram alocados recursos de crédito rural para custeio dessa cultura.

- Que continuam pendentes de quitação as indenizações do PROAGRO aos agricultores, são 19.951 processos, no valor de Cr\$ 166 bilhões junto aos bancos privados, sem considerar a expressiva pendência existente no Banco do Brasil.

- Que os recursos que foram liberados nas modalidades de EGF/SOV (sem opção de venda) e transformações de custeio em comercialização, não permitem dar sustentação e comercialização da safra e garantia de preço mínimo ao agricultor.

- Que os pequenos produtores que se utilizaram do crédito de emergência não estão recebendo tratamento diferenciado, apesar de atingido por duas consecutivas frustrações de safra.

- Que em face da tensão vivenciada no campo, diante das dificuldades, gerando clima de intranquilidade insustentável para o desenvolvimento das atividades agropecuárias,

#### R E S O L V E M O S:

1. Levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República, através de audiência específica, esta situação insustentável vivida pela agricultura da Região Sul.

2. Acionar as entidades representativas do setor agropecuário, a nível nacional, para que em conjunto com os Congressistas, busquem apoio parlamentar para as iniciativas do Governo, que visem oferecer soluções aos problemas do setor.

3. Promover ações imediatas junto aos Ministros da Agricultura e Economia, exigindo a alocação de recursos necessários para o setor, especialmente EGF/COV e AGF para arroz, milho e algodão, custeio de trigo e liquidação dos débitos pendentes de PROAGRO e crédito de emergência.



4. Por solicitação dos movimentos, sindical patronal e dos trabalhadores, o sistema cooperativista dos três Estados aceita paralisar a comercialização dos produtos pendentes do preço mínimo, até o dia 08.05.92.

5. Para efetivar as ações conforme definido pela assembléia, foi criada uma comissão constituída por representantes das seguintes entidades: OCEPAR, FAEP, FETAEP, SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, OCESC, FAESC, OCERGS, FARSUL, FECOTRIGO, FETAG e representantes das Assembléias Legislativas, Câmara e Senado Federal dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

6. Estabelecer o dia 08.05.92 como prazo final, improrrogável, para reconvocação da assembléia, a fim de decidir os novos encaminhamentos que se fizerem necessários, ou para comunicação das soluções encontradas.

7. Dar amplo conhecimento à imprensa sobre as dificuldades encontradas pelos agricultores na comercialização da safra, na implantação da safra de inverno, quitação das pendências de PROAGRO e do crédito de emergência.

Curitiba, 29 de abril de 1992.

(a) IGNACIO ALOISIO DONEL  
p/comissão constituída".

Esta comissão tem um caráter permanente, até que esses objetivos sejam alcançados, e fazem parte desta Comissão, por designação das entidades que representam a agropecuária dos três estados do Sul, os Srs. Deputados Colômbino Grassano, Elio Rusch, Costenaro Neto, Albino Corazza, Eurides Moura e Cezar Silvestri.

Quero aproveitar essa ocasião para fazer um agradecimento público ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

Nós, através de requerimento, solicitamos ao Governador para que se empenhasse junto ao ministro da Agricultura, para que houvesse a diminuição do ICMS no milho, principalmente, o problema mais sério no Paraná, de 13 para 7%, e o Governador, junto com o Secretário Heron Arzua, se empenharam e estão batalhando para que, além da diminuição da alíquota de 13 para 7%, haja também insenção.

Então, por esse motivo, quero fazer esse agradecimento público ao Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Com a palavra o Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Inicialmente, tenho a satisfação de cumprimentar o ilustre Deputado Silvestri pelo belíssimo pronunciamento que acaba de fazer, e gostaria de dizer que orgulhosa-

mente estivemos fazendo parte daquela reunião tão importante e representando, naquele ato, o nosso companheiro ilustre, coordenador do grupo agropecuário, o Deputado Pessuti.

O 15º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Rolândia e com área de atuação em mais 14 municípios, vem executando um trabalho que dignifica a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Foi estampado em manchetes, dias atrás, em um dos jornais mais importantes que tem sua sede na região, elogios a respeito do trabalho que aquele Batalhão de Polícia Militar vem estabelecendo em toda a sua região de abrangência.

E gostaríamos de, neste momento, ressaltando aquele trabalho, dizer alguma coisa do seu Comandante, que é o Major Jairo Mello, que com bastante inteligência, com bastante força de vontade tem feito com que os seus comandados venham exercendo um trabalho que possa realmente dignificar a segurança, sobretudo da nossa região do Norte do Paraná: Rolândia e mais 14 municípios, quando trabalham com eficácia e com bastante segurança no que se refere ao bloqueio que vem sendo realizado constantemente naquela região, com os seqüestros de crianças, tráfico de entorpecentes e drogas, e assim por diante.

E nesse sentido que estamos encaminhando a apreciação da Mesa, da Sra. e dos Srs. Deputados, o requerimento que passo a ler.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Faz soar os tímpanos.  
(E-lhe tirado o som)

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, uso o tempo da Liderança. (Lê):

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Comandante do 15º BPM, com cópia ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Comando do interior da Polícia Militar, congratulando-se com o Comandante Jairo Mello, pelo trabalho desenvolvido no combate ao tráfico de crianças, tráfico de drogas e entorpecentes, com distribuição de panfletos explicativos, com orientações e com o envolvimento de adolescentes no projeto que visa evitar estes tipos de delito, com a participação da comunidade através de jovens previamente treinados para orientar, encaminhar e vistoriar estas modalidades de delinquências cada vez mais comuns em nosso País.

Outrossim, registrar o fato de que o policial na rua, com a participação de jo-

vens, afasta o temor de "Repressão" e demonstra que a comunidade pode e deve junto da valerosa Polícia Militar, auxiliar nesta tarefa esclarecedora e preventiva contra tipos de delinquência que atingem a tranqüilidade da população.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) EURIDES MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Em um momento onde a falta de recursos, equipamentos e até motivação pelo trabalho, a criatividade faz-se necessária para superar todas as dificuldades.

Sendo assim, não poderíamos deixar de registrar o esforço do comando do 15º BPM, sediado no Município de Rolândia, procurando com um trabalho integrado entre comunidade e Polícia Militar, demonstrar a preocupação das autoridades nestes delitos cada vez mais freqüentes e que intranquilizam sobremaneira a família paranaense.

O uso de crianças e adolescentes na distribuição de panfletos explicativos e orientação dos usuários nas rodovias paranaenses, faz com que a imagem da Polícia Militar de "repressora intolerante", passe para uma imagem de "orientadores e repressores", sem o temor existente e presente em qualquer blitz policial.

Ao Comandante do 15º BPM, nosso incentivo, aplauso e respeito por este trabalho que une eficiência, participação e entrosamento entre Policiais Militares e comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero pedir escusas aos nobres colegas pela minha voz um tanto afônica. Mas não podíamos deixar passar em branco esta data significativa, que antecede o dia 1º de maio.

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 7º, diz o seguinte: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social - IV: salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e as de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhes preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação sem qualquer fim", ou melhor, "para qualquer fim".

Senhor Presidente e Senhores Deputados, há muitos anos que a Constituição deste País trata do salário mínimo, trata do salário da sobrevivência dos trabalha-

dores deste País. Nesta data significativa de 1º de maio de 1992, em que o povo brasileiro está cada vez mais marginalizado, não poderíamos deixar de denunciar, aqui, de usar desta tribuna, para aquilo que sempre nos comprometeu com a luta com os trabalhadores, o engajamento nas suas lutas, nas reivindicações pelos seus direitos, nas mudanças sociais que venham trazer benefícios para a vida do trabalhador brasileiro. Não podemos deixar de denunciar o que este Governo e tantos outros passados, têm feito para massacrar, para matar, para denegrir e para marginalizar a classe trabalhadora neste País.

A crise econômica vem destruindo as condições de vida do nosso povo. Hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, 40% da nossa população economicamente ativa, recebe de um salário mínimo para menos. A renda média dos trabalhadores, que nos piores anos da recessão deste País, 1982 e 1983, teve uma baixa de 10%. Atinge, hoje, uma queda de 19%. Alarmante dado para o nosso Governo.

O desemprego que assola este País, que aumenta a cada dia o número de trabalhadores sem carteira assinada, que cresce a economia informal, que hoje já se encontra em aproximadamente 50% deste País. O Governo Federal se submete ao FMI, às suas políticas de privatização e recessão. Sucateia serviços que o povo trabalhador tem direito, por lei. Desrespeita a Constituição. Como, por exemplo, a questão da educação, saúde, previdência. Este modelo neo-liberal de desenvolvimento que exclui da cidadania, grande parcela da população trabalhadora, quando ele produz doenças crônicas e é gerador de morte para a maioria do nosso povo.

Deteriora-se o sistema de saúde, chegando à beira do colapso. Não é novidade falar em cólera, Senhor Presidente e Senhores Deputados. A prova disso, do colapso da saúde do nosso povo, é de que o Governo não tem, está impossibilitado, não tem condições de conter um surto de cólera que se alastra por algumas regiões desse País, isto pelo vergonhoso estado de saneamento básico e de educação para a saúde do nosso povo. Além das mortes que causa, deixa milhares de pescadores em situação difícil, levando-os à falência, uma vez que a sua atividade principal de sobrevivência cai e eles não têm mais como sobreviver da pesca. A violência do campo toma novas formas, e a escravidão que aqui no Paraná se apresenta, quando aqui já denunciávamos há alguns dias.

A migração crescente, além da repressão impune àqueles que assassinam as lideranças dos trabalhadores rurais e urbanos nesse País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

nos últimos vinte e seis anos, tivemos em nosso País, 1861 assassinatos de trabalhadores rurais, mas apenas treze, dos assassinos foram condenados, de 1861 apenas treze. Para esses casos a justiça é extremamente lenta, demora décadas para resolver um processo. Mas no entanto para casos que não são desses, que não são em prejuízo dos trabalhadores, mas sim que são para lhes encurralar, para lhes prejudicar cada vez mais, como por exemplo, nos despejos das ocupações de terras, nos despejos de posseiros, aí sim a Justiça é rápida, aí sim saem decisões, saem palavras das bocas dos juizes, até mesmo ontem, de promulgar a decretar a sua sentença, como ocorreu no Paraná há alguns meses passados.

A Reforma Agrária se inverte e a concentração de rendas aumenta nesse País. A política agrícola não favorece, não faz com que o trabalhador rural possa permanecer na terra. Tanto é que hoje estamos aí assistindo um quadro de uma instituição, de um órgão, que já foi um Ministério, o Ministério da Reforma Agrária, que se resumia no INCRA, ocupado por mais de mil trabalhadores rurais, para exigir soluções para os seus problemas. Quando uma atitude louvada, quando uma atitude gloriosa, os trabalhadores exigem a presença do Presidente Nacional do INCRA no prédio, para negociar as suas reivindicações, que já estão à espera, apenas, somente dez anos.

As migrações, se por um lado, se constituem em uma busca da sobrevivência e da terra prometida, por outro lado revela uma nova fase de violência. Porque milhares de homens e mulheres cumprem todos os anos uma rotina forçada para regiões distantes do seu "habitat" e muitos permanecem lá até oito meses, seis meses, cinco meses sem vir visitar sua família, seu filhos à procura de um "ganha-pão", à procura de colocar na sua mesa o pão e o leite para os seus filhos, acaba a saída destas, aumentam as dificuldades da família, diminuem dos rendimentos e a família se denigra. A corrupção, a impunidade, tomam conta desse País. Numerosos escândalos envolvendo auxiliares diretos do Senhor Presidente da República, Ministros e alto escalão do Governo Federal servem ainda mais para indignar, para revoltar o trabalhador que está desempregado e está ganhando salário mínimo de miséria.

A tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, juntamos o descaso com que são tratados os "menores" desse País, o aproveitamento das meninas, através da prostituição, o assassinato indiscriminado de jovens e adolescentes, negros e a exploração de sua força de trabalho; tanto neste, como em outros casos, a questão dos meninos e das meninas de rua vem sendo considerada cada vez mais como um caso de

polícia, quando na realidade é fruto de uma situação sócio-político-econômica injusta que esse País tem, que as suas autoridades implantam neste País.

O mais grave é que o quadro até aqui desenhado ocorre e se faz, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em nome da modernização brasileira, em nome da modernização se projeta o quadro negro, como este real do nosso País. Ocorre que na verdade está, este quadro e esta política, está levando o nosso País ao sistema de apartação social, de desagregação social, convulsão social, porque na ótica dos trabalhadores a modernização significa não isso que o Collor está fazendo, importar carro de cem milhões de dólares, sucatear o serviço público social, o serviço necessário à população, não isto; mas a modernidade se dá na ótica dos trabalhadores quando se resolve o problema da alimentação, quando se resolve o problema do emprego, do salário, da escola, do saneamento básico, da saúde, da casa para morar, da terra, da terra para trabalhar, do tempo para lazer, isto sim seria modernidade, o avanço tecnológico, mas com democracia e com soberania plena, não submetido aos interesses dos banqueiros e dos capitalistas nacionais e internacionais em detrimento à classe trabalhadora e ao nosso País.

Concedo um aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e me solidarizo com a preocupação que Vossa Excelência levanta nesta oportunidade, com relação ao dia primeiro de maio, dia do trabalhador. Obviamente não é um dia do ano para se comemorar o Dia do Trabalhador, mas é um dia para que o trabalhador passe refletindo sobre a situação caótica pela qual passa o nosso País, é um momento de grande reflexão quando se vive um dos maiores quadros de recessão neste País, com a acentuação do desemprego a cada dia, com uma política de sucateamento das nossas indústrias, quando se vive a política de desemprego neste País, o estímulo aos grandes capitais, o desemprego assola a cada dia.

O trabalhador vai para as ruas com seus filhos, muitas vezes, acontece aí a delinquência, e nós vimos que quando o País chegou a um pico de trabalho e de emprego, nós tivemos inclusive a redução da delinquência, nós tivemos a redução dos assaltos; e lamentavelmente nós estamos vivendo justamente neste momento de muita reflexão, visto que o desemprego se acentua, que os assaltos também, assim como a situação do trabalhador.

Então, eu creio que quando Vossa Excelência levanta todas essas questões no campo da saúde, da agricultura, da habita-

ção, a de se pensar, de se refletir sobre a recessão, porque hoje nós estamos vivendo no Brasil a política daqueles que nos assaltam no dia a dia, os ianques, os europeus, e tantos outros que estão determinando ao Governo deste País o que eles querem como forma de recessão, de massacre ao povo brasileiro.

Lamentavelmente, o Governo Federal, vem lendo com todas as letras, a política imposta pelo Fundo Monetário Internacional que vem sendo imposta pelas grandes economias internacionais. E, lamentavelmente, o trabalhador é quem paga o preço de toda essa desgraça, de toda esta ação, faltando-lhe, pão à mesa, faltando-lhe o emprego, faltando-lhe uma condição decente de vida.

O que nós precisamos para este País, para evitar a recessão, a delinquência, precisamos de emprego digno, com salário digno, que dê condições ao pai de família levar para os seus filhos e para sua família o alimento de cada dia. Por isso volto a repetir: 1º de maio é um dia de reflexão para o trabalhador, que vive um dos piores momentos da sua vida, um dos piores momentos do salário mínimo, do pior salário mínimo de toda a sua história, mesmo sendo aprovado ontem para 230 mil cruzeiros, nós sabemos que não vai representar muito, mas, obviamente, é mais uma gota d'água que cai na miséria de muitos que vivem do salário mínimo. Foi um pequeno avanço, não podemos deixar de registrar, mas não representa de fato a realidade daquilo que estamos vivendo.

Então, somo-me a Vossa Excelência e creio que todos nós devemos nos unir para fazermos uma reflexão em cima do caos, em cima da miséria, em cima do descrédito, em cima do sucateamento com que vive o trabalhador assalariado neste País: sejam eles, trabalhadores da zona rural, sejam eles trabalhadores da zona urbana, sejam eles funcionários públicos.

O Estado, é de preocupação, é de preocupação porque esses servidores e esses trabalhadores vivem em estado de miséria. Nós vimos recentemente, inclusive a nível de Estado, os piores salários recebendo um reajuste de 30%. Isto é, simplesmente, é achatar e não se preocupar com as condições de vida da maioria que recebe salário mínimo.

Então nesse momento tem que se refletir a respeito dessas questões e nós temos que lutar, obviamente, na esperança de que este País é uma País viável, é um País que vem sendo roubado há mais de 500 anos e que não faliu até o presente, e, temos certeza que é um País que é viável porque aguentou todas essas ladroagens, todas essas corrupções. Mas, lamentavelmente, quem paga o preço é o trabalhador, é o que está

aqui embaixo recebendo a carga maior dessa política de imposição dos ianques norte americanos, do mercado internacional, de uma política e nós estamos lendo, infelizmente, a cartilha que eles querem. Porque sempre procuraram nos considerar como seus fundos de quintais, e, lamentavelmente, temos feito muito pouco para reverter este quadro.

E creio que neste 1º de Maio há necessidade dessa reflexão para que a gente possa reverter esse processo e aumentar a nossa crença na viabilidade do Brasil, no seu desenvolvimento industrial, social e creio que só com a organização da classe trabalhadora é que teremos esta capacidade de reverter o quadro caótico, o quadro difícil pelo qual passamos, e, obviamente, não é motivo para se comemorar o Dia do Trabalhador, mas é momento de se comemorar, de se refletir sobre a desgraça pela qual vive o trabalhador deste Brasil, produzindo e cada vez sendo desconsiderado mais.

Por isso me somo a Vossa Excelência e obviamente deve ser uma preocupação constante, desta Casa, eleita por esses trabalhadores.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu agradeço ao Deputado Paulo Maia que nos auxilia e nos acrescenta mais dados e nos reforça ainda mais, a nossa disposição de luta, a nossa disposição de compromisso com a classe trabalhadora neste País.

De maneira, Deputado Paulo Maia, que Vossa Excelência tocou num assunto que eu iria entrar em seguida e que, infelizmente, não há mais nada o que fazer quando nós estávamos vendo, até ontem, os trabalhadores deste País, os sindicatos, as organizações exigindo e pedindo, fazendo inclusive uma campanha nacional chamada SOS Salário Mínimo. Uma luta por um salário digno para o trabalhador brasileiro.

Hoje, como Vossa Excelência disse, temos um dos menores salários mínimos do mundo, um dos menores salários mínimos da História do Brasil. Há que se considerar que de 96 passar para 230 aparenta um grande aumento, se não olharmos para trás nos 4 ou 5 meses que o salário mínimo ficou congelado, enquanto tínhamos 20, 25, 30% oficial, o oficial de inflação, sem contar a inflação correta, por que esta era a inflação disfarçada pelo Governo.

Os trabalhadores fizeram até ontem uma campanha para melhorar o salário mínimo. Quando o DIEESE levanta que o salário mínimo para cumprir isto que está aqui na Constituição deveria ser mais de 650 mil cruzeiros, infelizmente a condição a que este Governo levou este nosso País não tem como se fazer com que as pequenas e médias empresas possam cumprir este direito e fa-

zer com que o trabalhador viva dignamente. Pela situação imposta pelo FMI, pelo Governo Collor e pelo neoliberalismo disfarçado que se faz neste País.

Então quero lamentar o que vi na imprensa hoje quando se anunciava a votação do salário mínimo no Congresso. Quando estava se tentando negociar um salário mínimo um pouquinho mais digno de 242 mil cruzeiros, ou de 280, 260 mil cruzeiros, mas o Governo, com sua safadeza, impõe um salário de 230 mil! Com isso corrompe, com isto mancha a dignidade do Congresso Nacional.

Quero ler aqui o que está escrito na "Folha de São Paulo" hoje e que muitos Deputados do Paraná estão contribuindo para isto.

Antes de ler esta matéria quero ler aqui para que fique registrado neste Plenário, nesta Sessão e nos Anais desta Casa, os Deputados do Paraná que votaram contra o salário mínimo indigno dos trabalhadores ontem à noite no Congresso. Ontem votaram contra o salário mínimo os Senhores Deputados Abelardo Lupion, Antônio Bárbara, Antônio Ueno, Basílio Vilani, Carlos Alberto Massa, Carlos Scarpelini, Delcino Tavares, Evânio Guerra, Luciano Pizzato, Luiz Carlos Haulý, Matheus Iensen, Max Rosemann, Onaireves Moura, Otto Cunha, Pinga Fogo de Oliveira, Renato Johnson e Werner Wanderer. Estes foram os Deputados do Paraná que contribuíram para que se aprovasse um salário mínimo indigno como foi aprovado ontem no Congresso.

Agora sim quero ler o que está no jornal "O Estado de São Paulo". "O Secretário de Governo Jorge Bornhausen foi autor de duas negociações que deveríamos dizer negociatas, que demoliram o esquema da oposição ontem no Congresso Nacional. Na primeira desmontou a rebelião do PDC que ameaçava jogar seus votos, aproximadamente vinte, contra o Governo. E pasmem, Senhores Deputados, em Plenário. Em Plenário o PDC trocou os seus votos por um cargo no INCRA no Governo Federal. Como manobrista, Jorge Bornhausen."

E agora é do Paraná outra notícia, lamentável, e que repúdio em nome do nosso Partido e de nossa Bancada.

"A outra articulação tida como fundamental para a vitória do Governo foi com o PST. O PST de Alvaro Dias do Paraná, antes com 7 votos apenas em Plenário, chegou a ter 11 em favor do Governo ontem. Bornhausen prometeu a ele um prêmio de valor inestimável, vai ganhar de 15 a 20 Deputados do PMDB e do PTB que querem aderir ao PST, com esse aumento seu hoje reduzido tempo na TV durante a campanha eleitoral."

Confiram isso no Jornal O Estado de São Paulo, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem mesmo uma Deputada do PMDB do Espírito Santo aderiu ao PST, ontem mesmo. O ex-Governador de Goiás Henrique Santinho também teria assinado ficha no PST, segundo um parlamentar que declarou ontem no Congresso, e com Santinho virão outros três Deputados de Goiás.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, enquanto nós estamos vendo isto, essas negociatas em troca de um tempo na televisão, em troca de um cargo no Poder Público, nós com isso queremos nos somar a revolta da classe trabalhadora nesse País, e também a nossa revolta, o nosso repúdio a essas atitudes que na nossa avaliação são indignas para a população brasileira.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, amanhã dia 1º de maio aqui em Curitiba estará sendo realizada a romaria do trabalhador, e esta romaria vai se concentrar na Boca Maldita às 9:00 horas da manhã, e esta caminhada vai até a Praça Santos Andrade onde lá às 13:00 horas vai se encerrar. O que essa romaria está denunciando à população, qual é o tema?

Nós até queremos convidar os Senhores Deputados que o desejarem para acompanhar os trabalhadores nesse dia de amanhã, como bem disse o Deputado Paulo Maia, não temos nada a comemorar, não temos nada a fazer festa, se nós pensarmos que o salário mínimo hoje é aproximadamente metade da população brasileira ou mais, podíamos dizer metade da força brasileira ativa, a força produtiva ativa desse País, mais da metade ganha menos que o salário mínimo, o que há de se comemorar nesse País no dia 1º de maio.

Então tem que realmente é questionar, é questionar que enquanto o Governo brinca de mudar o Ministério, enquanto o Governo pensa em fazer novelas e teatros para esse País, muda o Ministério mas não acaba a corrupção; muda o Ministério mas não paga os 147% dos trabalhadores aposentados; muda o Ministério mas não aceita a aposentadoria que está na Constituição, dos trabalhadores rurais de 55 anos e 50 anos; muda o Ministério e quer tirar direitos constitucionais e histórico dos trabalhadores de aposentadoria aos 30 e 35 anos de serviço; muda o Ministério mas o salário mínimo é de fome; muda o Ministério mas a vida do trabalhador não melhora.

Collor varreu a sujeira para debaixo do tapete, mas ela permanece; muda o Ministério mas continua faltando moradia, pão, leite, faltando dignidade para o povo deste País.

Este Governo, Senhor Presidente, Senhores Deputados deverá um dia pagar por isso que está fazendo à população brasileira.

Eu concedo aparte, pela ordem, ao Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Ovídio Constantino, com muita surpresa eu estou vendo que Vossa Excelência abordou o assunto que o PST, o Partido Social Trabalhista de ter se posicionado em benefício do Governo barganhando. Eu gostaria que Vossa Excelência dissesse o que é que o PST barganhou nessa composição da votação.

E eu não estou aqui repudiando suas palavras, até pelo contrário, um partido que recentemente tem representação na Câmara Federal e em tão pouco já decide uma votação aonde tem quinhentos e poucos Deputados. Vossa Excelência na verdade está enaltecendo nosso Partido.

Mas eu gostaria que Vossa Excelência fosse mais claro com respeito à barganha porque o nosso Líder lá na Câmara Federal é bom que Vossa Excelência saiba que se trata de um paranaense. O Partido Social Trabalhista é comandado pelo Paraná, e nós como paranaenses não gostaríamos que Vossa Excelência colocasse nosso Partido da forma como está colocando.

Obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Muito obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O-Sr. Neivo Beraldin - Caro Ovídio, quem tem passado tem presente e tem futuro.

O ex-Governador Alvaro Dias tem passado, tem presente e por certo tem futuro, e Vossa Excelência fala, mas fala muito fácil, acusações, simplesmente acusações, este País, a população, os trabalhadores já não aguentam mais. Precisa, sim, de quem apresente alguma resposta, alguma proposta concreta efetivamente.

Neste dia do trabalhador nós poderíamos lembrar algumas categorias: a da polícia civil, da polícia militar, os profissionais da área da segurança, da saúde, da educação, da área do teatro, enfim, a dona-de-casa e todos quantos sofrem pelo salário baixo deste País.

O Governo Federal é o mais beneficiado disso. A má administração, a corrupção, o discurso fácil, isto apenas para que fique gravado nos Anais desta Casa para dizer que o nosso ex-Governador Alvaro Dias é um homem honrado e não negocia jamais, absolutamente negociou algo que venha prejudicar os trabalhadores deste País, muito ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer usar o Horário das Lideranças?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Uso o Horário da Liderança do nosso Partido.  
Senhor Deputado Geraldo Cartário e

Neivo Beraldin, quando me referi ao PST apenas manifestei a minha opinião pessoal de indignação pelo que diz aqui no jornal. Não sou eu que estou afirmando que o PST acertou com Bornhausen na Sessão de ontem em função do aumento de seu tempo na televisão e que ele se comprometeria alinhar para o PST um número X de Deputados que lhes aumentaria o tempo na televisão, enfim, está dizendo o Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, não sou eu que estou afirmando.

Portanto, queria para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer o seguinte:

Deputado Cartário, se esta notícia do jornal O Estado de São Paulo enaltece o seu Partido, eu me sentiria envergonhado se isso fosse dito para o meu Partido. O seu Partido tem peso, tem decisão, todos os Partidos têm decisão no Congresso. Na medida em que se dá uma votação apertada do salário-mínimo de 233 votos a 215, realmente, dez, 15 votos decidem uma votação lá no Congresso.

Então, todos os Partidos têm decisão, até aquele que tem um só representante lá, se ele for a decisão de um projeto de lei, a uma decisão nacional ele será importante. Então, todos serão importantes, independente da sua quantidade que tem lá. Eu digo que não gostaria de enaltecer o meu Partido com esta notícia que hoje está no jornal Folha de São Paulo.

Diz o Deputado Neivo Beraldin que o ex-Governador Alvaro Dias tem um passado. Concordo. Tem um passado pelo Estado do Paraná que na avaliação da classe dos trabalhadores, que amanhã comemora o 1º de Maio, é um passado muito feio, muito negro se perguntar para os professores, se perguntar para os servidores estaduais e para tantos outros neste Estado.

A resposta para uma série de problemas levantados está na dignidade, está neste governo ou em qualquer governo de inverter prioridades de governo, de inverter, em vez de construir obras faraônicas, em vez de construir aquela desgraça que vi lá em Guaíra, 150 bilhões de dólares jogados à podridão, ao tempo, naquela construção da Usina do Salto de Ilha Grande; uma infraestrutura de 150 bilhões de dólares que buscaram no exterior e que hoje a miséria e a fome do trabalhador se dá por causa de negócios desse tipo, da má administração do poder público, e eu quero que se denuncie isso em qualquer governo em que o nosso Partido tem neste País.

O Deputado mencionava a dificuldade que tem o policial militar, a dificuldade dos trabalhadores do Estado e, realmente, quando se manda aqui um projeto de lei dando 3%, 3,5% para a Polícia Militar de aumento, quando uma semana antes eu tinha ouvido na delegacia de Larajeiras do Sul



os policiais pedindo socorro, pedindo vida digna, pedindo um salário digno para poder sustentar sua família e vivendo uma profissão de risco como aquela, indigna, e deixa-nos perplexos quando vem realmente os projetos aqui para a Casa, como mencionou agora o Deputado, que a Polícia Militar precisa de aumento realmente, um aumento de 3,5% é indigno, é injusto, é repudiável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, quero dizer que dessa maneira, esse Primeiro de Maio será muito negro, muito mais negro do que os outros da História. Quando nós fizemos apenas esta comparação de que no ano da pior recessão deste País, no ano em que de 1982/83, quando teve uma das maiores recessões e teve uma baixa de 10% no arrendamento dos trabalhadores, nós vimos agora nesta época uma renda média de baixa de 19%. Isso explica o comprometimento desse governo com o FMI, com os banqueiros internacionais e faz com que homens que enquanto candidatos aparecem nos meios de comunicação mentindo para o povo, que vai aumentar o poder aquisitivo do salário-mínimo, que vai aumentar e que vai mudar esse País.

Ao assumirem o governo, se submetem às políticas nefastas, hediondas, que submetem à fome e à miséria e à morte centenas e milhares de trabalhadores neste País.

Isso é repudiável.

Quisera que neste primeiro de maio, tivesse alguma esperança para os trabalhadores deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB.

(Declina).

PL.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã é realmente um dia de reflexão.

Amanhã é um dia de pararmos e analisarmos o País.

Amanhã é um dia de analisar a notícia que saiu hoje no jornal O Estado de São Paulo, onde a técnica da Seleção Brasileira de Basquete manda embora uma atleta chamada Edna, porque ela não pratica o homossexualismo. Ela teria que dormir com a técnica, para poder participar da Seleção. Este é o País. É reflexão.

Vendo o jornal O Dia, do Rio, reflexão hein! Aparece na primeira página uma

criança de 7 anos, onde sua babá cortou sua língua, cortou seu pênis, tirou todos os dentes com um alicate e afundou o seu crânio.

Eu ouço falar em defesa da criança e do adolescente neste País!

Realmente, é um dia de reflexão.

Vejo nos jornais do Rio a Polícia Militar mata e rouba. Matou duas pessoas ontem para roubar dinheiro. Um deles disse que ganhava pouco demais. É um dia de reflexão.

Um cabo da Polícia Militar do meu Estado, na Região Oeste do Paraná, entra dentro de uma viatura e dá um tiro na boca. Amanhã é dia de reflexão.

Um advogado de São Paulo, da elite dominante, da elite capitalista. Apresentei-o hoje às 13 horas para todo o Brasil no programa "Cadeia", preso e algemado, porque sua fortuna incalculável veio do tráfico de cocaína. Ele mandava a cocaína que vem do Paraguai, da Bolívia, passava por São Paulo e remetia a cocaína para a Europa, mais especificamente a Suíça.

É dia de reflexão.

Apresentei hoje uma criança de Campinas que disse no meu programa: "A minha mãe pediu pra vizinha me amarrar e minha mãe, para desabafar os problemas do meu pai, porque o dinheiro não dá, é escasso, a minha mãe desabafou sua ira em cima mim." Uma menininha de cinco anos. A mãe pegou o fio do rádio e espancou violentamente a criança, que foi encaminhada ao hospital em estado desesperador.

É dia de reflexão.

Senhores, vi ontem, anteontem, assistindo a Rede Globo, sentado, um promotor, vários agentes da polícia, prendendo, veja bem, um policial de carreira recebendo um suborno de 300 mil cruzeiros para não fazer o inquérito policial de um trabalhador. É dia de reflexão.

De repente, senhores, quando ele foi preso, os outros agentes da delegacia se revoltaram, tentaram agredir o promotor, foram para cima tirar o policial, quase bateram nos funcionários da Rede Globo de Televisão, meteram a mão na máquina, um desespero total. Realmente, amanhã é dia primeiro de maio, é dia de reflexão.

É dia de reflexão, senhores, porque o salário-mínimo deste País, é o maior disparate, é a maior vergonha que já vi na história da humanidade. É uma vergonha.

Tem gente vivendo com menos de 90 mil cruzeiros e os corredores desta Assembleia, os senhores não podem me desmentir, cheguem agora no meu gabinete, a porta está abarrotada de gente, porque a miséria campeia neste Estado e neste País. Um porque precisa de advogado, o outro porque precisa de remédio, outro porque precisa de uma operação, outra porque não pode ga-



nhar o neném, precisa fazer uma cesariana e não tem dinheiro para pagar o anestesista e nós, os Deputados, todos os gabinetes, não adianta os senhores dizerem não, são procurados, e nós aqui somos verdadeiros assistentes sociais do povo.

E depois dizem por aí que 95% da classe política não presta. É brincadeira. Amanhã é dia de reflexão.

É dia de reflexão porque acompanhando o Fala Brasil na Rede OM, acompanhando a manchete, acompanhando a Globo, a Bandeirantes e o SBT, tenho visto carnes estocadas e apodrecendo neste País, eu tenho visto cemitérios de carros zero quilômetro apodrecendo no Rio de Janeiro, eu tenho visto histórias de subornos e corrupção nos Ministérios. Eu tenho visto hoje, na Folha de São Paulo, mais uma maracutaia em Brasília. E tanta desgraça e eu duvido e dou a minha cara para bater, se os senhores não pegarem os principais jornais do Paraná amanhã, como os senhores pegaram hoje.

Ontem a Folha de Londrina trouxe estampada na sua primeira página: Vice-Prefeito mandou matar o Prefeito. Por quê? Porque ele estava sem dinheiro. Ele precisava assumir a Prefeitura porque precisava roubar o dinheiro do povo para sanar suas dívidas particulares. E amanhã, peguem os jornais, analisem os jornais, vejam os jornais, pelo amor de Deus, assistam os telejornais, peguem todos, todos. Peguem o Correio de Notícias, o Correio Londrinense, a Folha, peguem o Estado de São Paulo, o Estado do Paraná, a Gazeta, peguem todos os jornais do Paraná e do Brasil.

Eu dou a minha cara para bater, se amanhã não tiver mais um escândalo, mais uma desgraça, mais uma violência na nação brasileira.

Realmente, senhores, amanhã é dia primeiro de maio, amanhã é dia de reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1226/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30 do corrente mês, em função de compromissos em sua região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na

Sessão Plenária do dia 30 do corrente mês, em virtude de compromissos partidários no Município de Ponta Grossa.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando licença Plenária no dia 30 do corrente mês, para representar este Poder no funeral do ex-Prefeito do Município de Grandes Rios.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 492/91.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 99/91, que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, parágrafo único, da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P., C.SEG.P., C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., com PARECERES CONTRÁRIOS da C.F., C.S.P. e C.SEG.P. e SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 139, de 24.10.91, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 492/91

AUTOR: PODER EXECUTIVO

P A R E C E R:

"A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo é crime de lesa-pátria".

Tancredo Neves

I. A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental de nº 99/91, visando criar o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, foi substituída posteriormente através do Ofício DTL/SAT nº 354/91, com o propósito de alterar a Lei nº 9579, de 22/03/91.

#### Preliminarmente

II. O Executivo Estadual encaminhou ao Poder Legislativo Mensagem com o propósito de criar o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Em assim procedendo, incorreu em equívoco de técnica legislativa, uma vez que não pode criar o que já está criado.

Da primeira vez que assim procedeu, através da Mensagem datada de 12 de outubro de 1991, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Aníbal Khury, fez um protesto formal, já que o Executivo desconsiderava um texto em vigor desde 02 de abril de 1991.

Admitindo seu erro, o Executivo Esta-

dual acabou por encaminhar o Ofício DTL/SAT nº 354/91, de 28 de outubro de 1991, substituindo aquela Mensagem por uma alteração ao texto de Lei. Que na verdade não altera e, sim, suprime alguns artigos, parágrafos ou incisos.

#### Constitucionalidade

III. A Constituição Federal trouxe para a sociedade brasileira um avanço nas suas relações com os poderes constituídos: ela tem participação assegurada nas decisões.

Isto está patente no parágrafo único do artigo 1º:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Consoante o espírito abrangente deste dispositivo, fica reafirmado no artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que a população tem assegurada, no campo da Assistência Social, sua participação nas ações governamentais, em todos os níveis.

"Art. 204 - ...

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".

Especificamente na área da criança e do adolescente, o artigo 227, § 7º, remete expressamente ao artigo anteriormente citado.

"Art. 227 - ...

§ 7º - No atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, levar-se-á em consideração o disposto no art. 204".

Estes princípios foram acatados integralmente na Constituição Estadual, que também garantiu a participação da população paranaense nos mecanismos de ação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, assim como nos demais programas sociais, conforme previsto nos artigos 165, 166 e 174.

A Constituição Estadual previu a obrigatoria criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em seu Parágrafo Único do Artigo 216, antecipando-se aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Aliás, o Estatuto traçou uma nova diretriz para a política de atendimento da criança e do adolescente, garantindo, uma vez mais, a participação da sociedade civil organizada.

E o que expressa o artigo 88:

"Art. 88 - ...

II - criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos delibera-

tivos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estadual e municipal.

...

IV - manutenção de fundos nacional, estadual e municipal, vinculados aos respectivos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

IV - Histórico da Lei 9579, de 22 de março de 1991.

O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente resultou de trabalhos e esforços integrados de entidades da área, setores do Governo e Assembleia Legislativa do Paraná.

Há muito os técnicos e especialistas da área reclamavam da falta de definição de uma política para o setor e de uma ação homogênea.

A Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular, instituída pelo Decreto nº 1232/87, no Governo Alvaro Dias, em longo processo de discussão com as entidades paranaenses de atendimento e defesa da infância e da juventude, depois de oferecer - e ver acatadas - propostas para as Constituições Federal e Estadual, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, acabou por esboçar o anteprojeto apresentado pelos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, em 1990.

Os dois Deputados tinham envolvimento com a proposta: Haroldo, por ter sido relator da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, e Rubens, por ter sido Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social e, como tal, incentivador dos trabalhos daquela Comissão.

Na votação, o projeto recebeu aprovação unânime dos Deputados Estaduais. Mas, o Governo do Estado, inexplicavelmente, vetou-o.

Uma das nossas primeiras atividades parlamentares, nesta Legislatura, foi a apreciação de vetos apostos pelo Senhor Governador Alvaro Dias. Entre eles, a matéria em análise.

A Assembleia decidiu de forma a não deixar dúvidas: foram mais de 40 votos pela rejeição do veto.

Mudado o Governador, o tratamento ao Conselho foi semelhante: desta vez, não quis promulgá-la, providência então tomada pelo Presidente do Poder Legislativo, Aníbal Khury, conforme disposição legal.

A existência do Conselho estava assegurada desde 02 de abril deste ano, quando a Lei nº 9579 foi publicada no Diário Oficial.

Mas o Executivo fez-se de desentendido, não instalando o Conselho. E chegou, neste meio tempo, a provocar a Procuradoria Geral do Estado, no sentido de ver

proposta ação direta de inconstitucionalidade desta Lei. Mas, a manifestação do douto Procurador foi pela inviabilidade da arguição, afirmando a necessidade da imediata instalação do Conselho. Providência, aliás, que chegou a ser anunciada pelo Senhor Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemin Guimarães.

A um pedido de informação sobre a não instalação do Conselho, feito por esta Relatora, o Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Djalma de Almeida César, apresentou fracos e evasivos argumentos.

A resposta oficial foi dada pelo Executivo quando, para surpresa de todos que o imaginavam informado da existência da Lei 9579, manda para a Assembléia esta Mensagem "criando" o Conselho. Ele o fez em desconsideração a uma decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, quando não promulgou a Lei, cabendo a tarefa ao Presidente desta Casa, conforme preceitua o artigo 71 da Constituição Estadual.

#### Mérito

V - As modificações pretendidas pelo Executivo Estadual merecem as seguintes considerações:

a) A primeira alteração proposta no Projeto é quanto a vinculação do Conselho, que fica adstrito à Casa Civil da Governadoria do Paraná, com o que não discordamos.

b) Quanto a composição do Conselho, assinalamos o entendimento de que o Ministério Público e o Poder Judiciário devem ser mantidos.

Isto, pela simples razão de que o Ministério Público já participa de diversos Conselhos Estaduais - Penitenciário, de Segurança Pública, Meio Ambiente, entre outros.

E, na área específica de infância e de juventude, ambos - Ministério Público e Poder Judiciário - já integram a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular e participaram do Conselho de Administração da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Eles atuam na área de frente, no que se refere à infância e adolescência, tendo plenas condições de contribuir no sentido de formular políticas e programas pertinentes a ela.

O Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Chemin Guimarães, em Ofício encaminhado ao Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, defende que o Ministério Público não deva ser excluído do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Dr. Chemin Guimarães afirma que "a permanência do Ministério Público no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é absolutamente compatível com

sua destinação constitucional e importará na possibilidade de a nossa Instituição vir a prestar mais um serviço relevante à comunidade paranaense".

Não faz sentido deixar de fora o Ministério Público e o Poder Judiciário, com o argumento de que eles quebrariam o princípio da paridade.

Aqui, é preciso abrir um parêntese para se tentar compreender a ótica governamental a respeito da paridade, indicada no art. 88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O tratamento que o Executivo deu a esta questão é como se estivesse diante da possibilidade do estabelecimento de um confronto permanente, de conflito, de batalha campal a ser travada com as entidades extra-Governo. Como se tivesse de se "armar" contra elas, por pretenderem tomar de assalto maior fatia de poder do que aquela a que tem direito.

Nem é preciso ter um pouco de clareza para se saber que a proposta é de um Conselho Estadual, portanto, um órgão do Governo. Que se pretende uma ação integrada a não antagônica, como desenhado na justificativa da Mensagem.

É compreensível esta preocupação do Estado. Afinal, entre o discurso da democracia participativa e sua admissão e prática vai uma longa distância.

A falta de uma perspectiva do que seja uma efetiva democracia participativa leva o Executivo Estadual a propor que as normas constitucionais em apreço acabem letra morta. Tornem-se desses dispositivos generosos e amplos, mas inócuos, sem sair do papel.

Os Parlamentares brasileiros, pressionados pela sociedade, acabaram por incluir na Constituição Federal o conceito de democracia participativa, ao lado da democracia representativa.

Mas só o texto legal não garante a mudança de comportamentos, comprometidos pela idéia de que o direito da sociedade organizada em participar de decisões representa um perigo, pela perda do poder.

É preciso ficar claro que o Conselho não se pretende além daquilo que é: uma nova instância governamental, que não invade competência de ninguém.

A proposta não é inviabilizar programas, deixar Secretarias de "mãos amarradas" à mercê de um grupo independente. Não se quer nada além de uma ação única, organizada, adequada à política formulada pelo Conselho.

c) No que se refere a funções do Conselho, vem o Executivo dizer que a proposta contida na Lei exorbita os limites do admissível.

Ensina que o Conselho deve orientar, assessorar e até questionar a atuação dos

órgãos governamentais, sem interferir diretamente na gestão dos programas, argumentando que isto seria inconstitucional (conforme texto elaborado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social).

Ora, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Estatuto e a própria Mensagem do Executivo nº 99/91 são claros na definição das funções do Conselho, tendo ele atribuições consultivas, deliberativas e, atenção, controladoras das ações de atendimento à infância e à juventude.

Que democracia participativa é esta que o Governo do Estado pretende?

Além de contraditória, a visão do Governo revela o temor de abrir mão de parcela do seu poder. Especialmente o poder político, de aquinhoar quem bem quiser com o recurso de que dispõe para a área.

Ao contrário, a maneira como estão propostas as funções do Conselho, na Lei 9579, permite-se racionalização e otimização dos recursos.

Em suma, está evidenciado que o Executivo Estadual não conseguiu entender o alcance do Conselho: que ele significa, literalmente, a implantação do regime de co-gestão neste ramo da política social.

É a convocação da sociedade civil organizada, para participar de instância até aqui privativa dos dirigentes de políticas e dos integrantes da burocracia estatal, visando o efetivo atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A proposta é mais avançada que a praxe político-administrativa brasileira, no tocante a este setor.

d) Quanto aos prazos, a proposta do Executivo não é afirmativa, nem clara: são utilizadas expressões como "períodos a serem estabelecidos" e "no 3º dia útil do mês indicado" (???).

Acreditamos que é necessária a fixação de prazos, uma vez que o Conselho é permanente e seus componentes devem ser eleitos a cada dois anos, conhecendo as normas que regulam sua organização, também no que se refere a prazos.

e) Com uma expressão simples - "a ele" e explicação tortuosa, o Executivo altera profundamente a constituição do Fundo Estadual para Infância e Adolescência, uma exigência prevista no Estatuto em seu artigo 88, inciso IV.

A alegação do Governo é que se todos os recursos destinados à área forem administrados pelo Conselho, através do Fundo, isto criaria uma "disfunção" e impediria o Governo de utilizar os recursos de orçamento, através de seus órgãos competentes.

Cabe aqui uma indagação: O governo quer criar um meio Conselho ou órgão que realmente possa traçar a política de controlar as ações de atendimento à infância e adolescência?

Sem possibilidade de gerir todos os recursos da assistência social, voltados para a área, não terá como o Conselho cumprir com suas funções.

O fato de se permitir que administre apenas os recursos destinados ao Fundo, via orçamento, reduz qualquer possibilidade de se tratar de proposta séria.

O Conselho pode se transformar em mero expectador de programas caracterizados pela superposição, quando não inadequação, paralelismos, divergências e antagonismos, ou então que tenham caráter meramente assistencialistas.

Neste ponto, devemos nos valer de exemplo nacional, para mostrar o desacerto de iniciativa semelhante a que está sendo proposta.

Por falta de uma política para a criança e o adolescente - O Conselho Nacional só há pouco foi criado - os recursos do Governo Federal voltados para a área estão dispersos por diversos Ministérios e Órgãos, que os utilizam como bem entendem. Resultado: muitos milhões de cruzeiros da LBA acabaram no caixa de empresas fantasmas, ou em bolsos de parentes, em Canapi.

A citação pode não caber ao Paraná, mas vale como advertência.

#### CONCLUSÃO

VI - Feitas tais considerações, temos que afirmar a imperiosa necessidade de se readequar o texto, de acordo com toda legislação pertinente.

Para tanto, apresentamos substituto geral em anexo, lembrando que acabamos por acatar a maior parte do texto da Mensagem Governamental, uma vez que ela nada mais fazia do que repetir textualmente a Lei 9579.

Em outros trechos abrimos mão de discordância com os pontos de vista do Governo, consideramos a premência do assunto, de forma a facilitar a instalação do Conselho.

Afinal, o Governo levou um ano para explicitar o que realmente pretende do órgão.

Isso significou, na prática, que o Estado não pode receber verbas federais, ou de particulares, assim como não foi traçada a política estadual de atendimento de crianças e adolescentes.

Perdeu-se um tempo inestimável e, forçadas pelas dificuldades provocadas por míngua recursos, até unidades de atendimento foram fechadas.

Não deve valer mais a argumentação de que prazos pretêritos, constantes na Lei, prejudicam a instalação de Conselho.

O que conta é a decisão política de instalá-lo imediatamente, e no justo for-

mato de participação popular.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 492/91

Art. 1º - A Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e do disposto no art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e à juventude, vinculado à Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná e composto dos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;

VII - 01 (um) representante do Secretário Especial do Esporte e Turismo;

VIII - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;

IX - 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

X - 01 (um) representante do Ministério Público;

XI - 01 (um) representante do Poder Judiciário;

XII - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 3º São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

I - Formular a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adoles-

cente;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado competentes as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir aplicação dos recursos públicos estaduais destinados a assistência social, especialmente voltados para o atendimento de crianças e adolescentes;

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;

V - Controlar as ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

VI - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da juventude;

IX - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

X - Promunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o Conselho;

XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

XIII - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;

XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Art. 4º - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho se habilitarão entre dias 1º e 31 de janeiro, dos anos pares, perante o Gabinete da Casa Civil da Governadoria do Estado, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da Sociedade Civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - O Gabinete da Casa Civil da Governadoria do Estado encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de dez dias.

§ 3º - Os Conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do Conselho.

§ 4º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 5º - Os representantes do Ministério Público e Poder Judiciário, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, após indicação da respectiva instituição e observados os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 6º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos, cuja participação no Conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 7º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois-terços), pelos próprios integrantes do Conselho.

Art. 8º - É facultada ao Conselho a requisição, através da Chefia da Casa Civil, de Servidores Públicos para a formação de equipe de apoio técnico e administrativo, e, de material, necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 9º - O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerada como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificáveis as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 10 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho, serão devidamente dispostas pelo seu Regimento Interno, que será elaborado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de instalação do mesmo.

Parágrafo Único - O prazo para eleição

do Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral não poderá ultrapassar os 15 (quinze) dias após a elaboração do Regimento Interno do Conselho.

Art. 11 - Fica criado o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, de acordo com o que dispõe o artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das crianças e dos adolescentes, assim constituídos:

I - Dotação consignada no orçamento do Estado para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - Recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - Outros recursos que lhe forem destinados.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O Conselho Estadual de defesa da Criança e do Adolescente será instalado até no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da presente Lei.

Parágrafo Único - A Casa Civil da Governadoria do Estado adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho.

Art. 13 - A Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná adotará as providências necessárias para a primeira seleção das Organizações da Sociedade Civil, interessada em compor o Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei, observado o disposto no § 1º do artigo 4º.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Comissões, em

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 492/91

PARECER:

Autoria: PODER EXECUTIVO  
MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 99/91

O presente Plano de Lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 99/91, tem por finalidade criar o Conselho Estadual de Defesa da

Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 216, Parágrafo Único da Constituição Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente à sua aprovação, na forma de Emenda Substitutiva Geral, por ela apresentada, por entender que esta melhor se coaduna com a técnica legislativa.

Esta Comissão chamada a opinar sobre a matéria, através de seu Relator, posiciona-se pela Aprovação da Mensagem Governamental nº 99/91, na forma apresentada e Rejeita a emenda Substitutiva Geral Aprovada pela C.C.J.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 492/91

PARECER:

O Projeto em tela objetiva a instituição do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 216, da Constituição Estadual.

Foi-lhe apresentado Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, tendo tal emenda recebido parecer contrário das demais Comissões a que foi distribuído, fato ratificado por esta Comissão, que opina pela Aprovação do Projeto em sua tessitura original.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 492/91

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 99/91, a presente matéria objetiva instituir o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em cumprimento à norma do Art. 216, da Constituição Estadual.

Recebeu, da Comissão de Constituição e Justiça, parecer no sentido de apresentação de Substitutivo Geral, tendo merecido tal Substitutivo Geral o não acolhimento da parte das ditas Comissões de Finanças e de Educação, Cultura e Esportes.

Pelas mesmas razões, este Relator entende que o Substitutivo da C.C.J., não vem de encontro ao espírito da Mensagem, de caráter eminentemente técnico, razão pela qual considera de bom alvitre a rejeição do Substitutivo, com APROVAÇÃO da Mensagem no texto original.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PARECER:

SOMULA: AUTOR- PODER EXECUTIVO- MENSAGEM Nº 99/91, CRIA O CONSELHO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 216, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

Suspendeu-se o PARECER do Presidente desta Comissão, no Projeto de Lei, avocando, por solicitação dos integrantes da mesma para a formulação de um estudo conjunto.

Desta forma, o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 492/91, é de consenso geral desta Comissão.

Da análise da Mensagem Governamental e do substitutivo da Deputada Emília Belinati, como se observa em "negrito" procedeu-se a modificações e inclusões, que, aliás, de resto não alteram a substância daquelas proposições.

Visou-se, portanto, uma sequência mais lógica na disposição da matéria, de acordo com o desenvolvimento do texto, daí, por que a numeração dos diferentes artigos, itens e parágrafos não conferir, em alguns casos, com as propostas originárias.

Observa-se, por outro lado, que se deu um "tônus" de melhor técnica legislativa à sua redação.

O artigo 2º foi modificado, para vincular o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente à Secretaria de Estado responsável pela política Estadual de atendimento à Criança e ao Adolescente e não mais à Casa Civil como antes. Com a seguinte redação:

"O Conselho Estadual de Defesa vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento à criança e ao adolescente"...

No inciso VIII, do art. 2º como membro do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, foi incluído um representante da Secretaria de Estado do Planejamento.

No inciso X modificou-se para um representante das Universidades Públicas existentes no Paraná, prestigiando-se as mesmas.

Garantiu-se a "PARIDADE, entre os representantes estaduais e os de outras entidades, com dez membros cada.

Incluiu-se no art. 3º, como órgãos consultivos do Conselho, tanto o Centro Bra-



sileiro Para a Infância e Adolescência - CBIA e a Legião Brasileira de Assistência - LBA.

No Art. 4º, abriu-se um espaço especial também para o Ministério Público e o Poder Judiciário, que estão incluídos como Órgãos Fiscalizadores do Conselho. Porque um é Promotor de Justiça e o último o aplicador dela e não poderiam fazer parte dos representantes Estaduais não só pela sua autonomia ou independência de poderes, como porque é vedada, no caso, a delegação de poderes. O Art. 7º parágrafo único, da Constituição Estadual, repetindo a Federal, é taxativo: "...QUEM FOR INVESTIDO NA FUNÇÃO DE UM DELES NÃO PODERÁ EXERCER A DE OUTRO"...

Modificou-se o inciso III, do art. 5º, bem mais apropriado, com a seguinte redação:

"DELIBERAR SOBRE AS PROPRIEDADES DE ATUAÇÃO NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EM FORMA A GARANTIR QUE AS AÇÕES DE GOVERNO CONTEMPLAM DE FORMA INTEGRAL A UNIVERSALIDADE DE ACESSO AOS DIREITOS PRECONIZADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Modificou-se o inciso IV, do art. 5º, dando-lhe uma feição bem mais técnica, com a seguinte redação:

"CONTROLAR AS AÇÕES DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM TODOS OS NÍVEIS".

O art. 8º contempla a seguinte modificação:

"O PRESIDENTE, O VICE-PRESIDENTE E O SECRETÁRIO GERAL SERÃO ESCOLHIDOS E NOMEADOS PELO GOVERNADOR DO ESTADO ENTRE OS MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO".

Prestigiou-se a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, de acordo com suas atribuições específicas, modificando-se o parágrafo único do art. 12, com a seguinte redação:

"A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL ADOTARÁ AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO".

Pelo exposto, podemos concluir que o presente substitutivo geral procurou corrigir algumas distorções de ordem técnica-legislativa e, sendo, de certo modo mais abrangente.

O consenso prévio, dos membros desta Comissão, queremos crer, atendeu melhor os reclamos da Criança e do Adolescente.

Somos favoráveis, portanto, por sua APROVAÇÃO.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 29.04.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 492/91

## CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 1º - A Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 18 de julho de 1990 e do disposto no artigo 216 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à Infância e à Juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;

VII - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Esporte e Turismo;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento;

IX - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná FASPAR;

X - 01 (um) representante das Universidades Públicas existentes no Paraná;

XI - 10 (dez) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 3º - São órgãos consultivos do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA e a Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Art. 4º - São órgãos fiscalizadores do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Art. 5º - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do ado-

lescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado, competentes, as modificações necessárias à execução da política formulada;

III - Deliberar sobre as prioridades de atuação na área da criança e do adolescente, de forma a garantir que ações de Governo contemplem de forma integral a universidade de acesso aos direitos preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - Controlar as ações de execução da Política Estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

V - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos integrantes da criança e do adolescente;

VII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da Infância e da Juventude;

VIII - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Aprovar de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o Conselho;

XI - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

XII - Gerir seu respectivo Fundo, aprovando planos de aplicação;

XIII - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Art. 6º - As organizações da Sociedade Civil interessadas em particular do Conselho se habilitarão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como indi-

cando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações, representativas da Sociedade Civil, interessadas a integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês indicado, a relação de entidades que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes e suplentes por elas indicados para a devida nomeação.

§ 3º - Os Conselheiros representantes das entidades populares assim como seus suplentes, serão nomeados para mandatos de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser substituídos, salvo a pedido de motivo de força maior ou ainda por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

§ 4º - Os Conselheiros representantes, das entidades populares poderão ser reconduzidos, observando o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 7º - Os Conselheiros e suplentes representantes dos órgãos governamentais, cuja participação não poderá exceder a 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 8º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral serão escolhidos e nomeados pelo Governador do Estado entre os membros efetivos do Conselho.

Art. 9º - É facultada ao Conselho a requisição, através da Chefia da Casa Civil, de Servidores Públicos para a formação de Equipe de apoio técnico e administrativo e de material, necessário à consecução de seus objetivos.

Art. 10 - O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário em relação ao labor público, justificáveis as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 11 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu Regimento Interno, que será elaborado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de instalação da mesma.

Art. 12 - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente será instalado até o prazo máximo de 45 (quarenta e

cinco) dias após a publicação da presente Lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Trabalho e de Ação Social adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho.

Art. 13 - A Secretaria de Estado do Trabalho e de Ação Social adotará as providências necessárias para a primeira seleção das Organizações da Sociedade Civil interessadas em compor o Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei, observando o disposto no § 1º do artigo 4º.

Art. 14 - Fica criado o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, de acordo com o que dispõe o artigo 88, inciso IV, da Lei Federal 8.069/90, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das crianças e dos adolescentes, assim constituído:

I - Dotação a ela consignada no orçamento do Estado;

II - Recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados.

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - Outros recursos que lhe foram destinados."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Apoio: Duílio Genari, Alceu Swarowski, Dobrandino da Silva, Basílio Zanusso.

Emília Belinati: contra.

O Projeto será discutido hoje em 1ª discussão, só sobre a sua constitucionalidade.

As emendas serão apreciadas em 2ª discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 492/91 conservem-se como estão.

Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/91, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a doar a União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel situado à Rua Carlos Caval-

canti, 1157, Curitiba, sede histórica da entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Com EMENDA DA C.O.P.T.C., por unanimidade.

Emenda: Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/92, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ENTRE-RIOS-AMERIOS, com sede no município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que autoriza o Poder Executivo a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais a empresas. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., e favorável da C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 54, de 16.05.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 185/91

P A R E C E R:

A matéria legislativa em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50 (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - I.C.M.S., às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a 10.000 (dez mil) habitantes.

Analisado o Projeto de Lei em tela, constatamos que seu objeto é inconstitucional, pois tenciona dar tratamento desigual e discriminatório a empresas, ressaltando que a apregoada isenção fiscal configura privilégio a umas em detrimento a outras empresas.

Nestas condições, sob a luz do Princípio Constitucional da Legalidade, com fundamentos nos incisos VI e XII alínea "g", do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer CONTRÁRIO, opinando pela REJEIÇÃO do presente Projeto de Lei.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 185/91

SOMULA: "Altera a redação do art. 10 da

Lei nº 8.933 de 26/01/89, conforme específica".

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em análise, é de grande relevância econômica e de ordem social.

A matéria legislativa em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - I.C.M.S., às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a 10.000 (dez mil) habitantes.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu PARECER CONTRÁRIO.

#### DISCIPLINA DA MATÉRIA

A Constituição Federal, na letra "g", inciso XII, do art. 155, estabelece o seguinte:

"Art. 155 - Compete aos Estados...

XII - Cabe a Lei Complementar:

g - Regulamentar a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados. (Grifo nosso).

A Lei Complementar nº 24/75 foi recepcionada pelo novo regime, estatuinto:

Art. 1º - ...

IV - A quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação direta ou indireta, do respectivo ônus.

A matéria, portanto, circunscreve-se ao CONFAZ.

A preocupação, não há negar, é de evitar conflitos entre os Estados - membros da Federação.

Somos pela apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### PROJETO DE LEI Nº 185/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% do valor do ICMS às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a dez mil habitantes, no pe-

ríodo de 1º de setembro de 1991 a 31 de dezembro de 1994.

Chamada a opinar no aspecto legal e constitucional da matéria a Comissão de Constituição e Justiça deu Parecer CONTRÁRIO, entendendo ser ela inconstitucional, por ferir o Princípio da isonomia, pois intenciona dar tratamento desigual e discriminatório as empresas em detrimento as outras.

A Comissão de Finanças posicionou-se pela apreciação em plenário.

Esta Comissão, a qual compete se manifestar sobre proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades - § 5º, art. 33, do Regimento Interno - posiciona-se, igualmente, pela apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, para chamar a atenção dos Senhores parlamentares, evidentemente que no bom sentido, para o momento em que estamos na Sessão do dia de hoje, o Projeto, por estar em 1ª discussão, estamos votando a sua constitucionalidade.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou de forma contrária à tramitação do projeto. Além do que, a própria Comissão de Finanças nos chama a atenção de que o assunto é da competência do Confaz. Não dá um parecer favorável à tramitação do projeto.

Vou mais além, Senhor Presidente, esta Assembléia Legislativa aprovou recentemente, Projeto de Lei de autoria de V.Exa. que está sendo regulamentado pelo Governo do Estado do Paraná, que trata, basicamente, da questão de estímulos à implantação de unidades agroindustriais no Estado do Paraná.

Então, pela contrariedade da C.C.J. e também por já termos uma legislação que está sendo regulamentada, entendemos que não é oportuno votarmos favoravelmente ao projeto.

Nesse sentido, solicito aos Senhores Deputados, que votemos contrários ao Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto, conservem-se como estão.

Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros, que cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 79 de 27.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Geraldo Cartário, visa o presente Projeto de Lei criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

Sob o aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa, o presente Projeto não fere qualquer dispositivo, razão pela qual manifestamos nosso parecer Favorável à apreciação do mesmo em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

O Presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relator o Deputado Durval Amaral, analisou a matéria, no tocante a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não encontrou qualquer dispositivo que ferisse tais tópicos. Concluindo, então, a Comissão de Constituição e Justiça pelo Parecer FAVORÁVEL a aprovação do Projeto em questão.

Esta Comissão, chamada a opinar, conforme preceitua o Regime Interno desta Casa, posiciona-se FAVORAVELMENTE a aprovação da matéria, ressaltando que as dotações orçamentárias anuais da receita financeira da mencionada Universidade deverão ser consignadas no Orçamento do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 280/91, visa a criação da Universidade Metropoli-

tana de Curitiba.

O Plano de Lei atende às disposições legais e constitucionais que regem a matéria orçamentária.

No entanto, não havendo previsão orçamentária na Lei nº 9.883 de 26.12.91, a efetiva criação da Universidade só se tornará viável no próximo exercício financeiro, com a respectiva previsão na Lei orçamentária para 1993.

Posto isto, somos de PARECER FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.92

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Para encaminhar)

Nós não queremos questionar a iniciativa do Deputado Geraldo Cartário quando apresenta o Projeto de criação da Universidade Metropolitana de Curitiba. Mas nós queremos apenas mencionar as razões pelas quais não concordamos com o Projeto e porque votamos contrário.

Nós temos assistido muitos debates, temos conhecimento de muitas regiões de nosso Estado em que o ensino de 3º grau está muito defasado, está sem condições até de suas Universidades sobreviverem. Temos assistido aqui pressões e questionamentos, temos assistido muitas divergências do próprio Governador do Estado com as Universidades questionando as receitas, os valores, o ensino de 3º grau no nosso Estado.

O que nos leva a votar em contrário, inclusive, citando um exemplo concreto, quando do Orçamento mandado para esta Casa no final do ano passado, através de lei que já estava criada, já estava regulamentada, também com estatuto aprovado a UNIVALE - Universidade do Vale do Iguaçu - feito aqui neste Plenário com os Deputados da região, com a Direção da Univale, com entendimento inclusive com a Liderança do Governo para uma emenda alocando recursos para a Univale que não foi contemplada no Orçamento pelo Sr. Governador, e mesmo com esse acordo acabou votando aquela iniciativa.

Nós temos a grande dificuldade de várias regiões de nosso Estado que não por desmerecimento da Região Metropolitana mas têm prioridade de necessidade de ensino de 3º grau. Por isso, da mesma forma podemos citar a região Oeste do Estado como outras.

Por isso, também, entendemos que este projeto no momento não poderá vingar, ou não deverá vingar, porque terão outras

prioridades muito mais necessárias. Enquanto aqui, os estudantes e o povo da Região Metropolitana ou das regiões perto de Curitiba têm vários acessos a várias Universidades nesta Região, enquanto vemos outras regiões desassistidas neste campo.

Apenas por este entendimento e também sabemos que não terá orçamento, mesmo criada não irá vingar porque não consta em orçamento nenhum neste momento, por isso entendemos que não será aprovado, não deverá ser aprovado e por isso o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Esse é o Projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 382/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a organizar o período letivo e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 106 de 29.08.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 382/91

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

O nobre Deputado Geraldo Cartário tomou a iniciativa de, através de Projeto de Lei que leva o nº 382/91, autorizar o Poder Executivo Estadual a organizar o calendário escolar e estabelecer que os meses de janeiro e julho seriam, obrigatoriamente, reservados às férias.

Analisando a Legislação que trata da matéria, constata-se que: 1) O Artigo 24, da Constituição Federal, estabelece: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto;"

2) O Artigo 13, da Constituição Estadual, afirma: - "Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: IX - educação, cultura, ensino e desportos;"

3) O Estatuto do Magistério, em seu artigo 56, estabelece: - "As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada, no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da Unidade, Centro Interescolar ou Complexo Escolar de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas."

Mais recentemente, o Decreto Federal de nº 13, datado de 23 de janeiro de 1991,

que dispõe sobre o número de dias letivos e sobre a carga horária do ensino fundamental, preceitua: - "Art.1º - Fica estabelecido, a partir do ano de 1991, em duzentos, o número de dias letivos, independentemente do ano civil e respeitadas as peculiaridades regionais. Art. 2º - O ensino fundamental compreenderá, anualmente, pelo menos oitocentas horas de atividades, devendo essa carga horária passar, até 1993, para mil e duzentas horas anuais."

Diante do exposto, concluímos que a Proposição é legal. Contudo, na qualidade de Relator, e constatando que a matéria requer, além da legalidade, profundos conhecimentos técnicos, solicitamos que o presente Projeto de Lei seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação, a fim de que a diligência junto à Secretaria de Estado da Educação, a fim de que a mesma se pronuncie a respeito da viabilidade do mesmo ser transformado em Lei, principalmente, no que se refere ao Parágrafo Único do Artigo 1º.

E o requerimento.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### PROJETO DE LEI Nº 382/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, da iniciativa do Nobre Deputado Geraldo Cartário, enseja que se autorize o Poder Executivo do Estado a organizar o calendário escolar de forma a estabelecer que os meses de janeiro e julho sejam reservados às férias, propiciando um convívio maior entre o aluno e a família.

Não obstante as considerações emitidas pela Secretaria de Estado da Educação, impõe dizer que o Projeto de Lei sub exame, no mérito, apresenta-se apto para ser acolhido por esta Comissão e prosseguir a sua tramitação legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92

(aa) EMILIA BELINATI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados Ernani

Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. Anexo a este o Projeto de Lei nº 579/91, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 109, de 04.09.91) Projeto de Lei 579/91, Publ. no D.A. nº 163 de 04.12.91.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

Autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até 04 (quatro) salários mínimos, conforme especifica.

Sob nossa análise o Projeto de Lei nº 579/91, de autoria do Deputado João Iensen, que autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos aposentados e pensionistas que ganham até 4 (quatro) salários mínimos.

Em sua justificativa, o ilustre proponente argumenta o drama dos aposentados e pensionistas do País e a defasagem nos seus contra-cheques. Finaliza afirmando que "Falta um plano que estabeleça uma política justa e digna, e que traga a esta classe de idosos, um final de vida humano e tranqüilo. "O desconto de água e luz, aponta, seria um pequeno ato de justiça com grandes reflexos, a considerar-se a realidade dos seus beneficiários.

A Carta de 05 de Outubro de 1988, em seu artigo 1º, incisos II e III, afirma que a República - da qual faz parte o Estado - tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana. O artigo 3º afirma constituir objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais.

Ora, a redução da sobrecarga dos aposentados, mesmo que pela simples redução de parcela das taxas de água e luz, representará a ação concreta do Paraná no sentido de fazer valer o mandamento constitucional.

Antecipando-se à iniciativa ora sob análise, a Constituição Estadual, em seu artigo 223, estabeleceu:

"Art. 223 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e propiciando-lhe fácil acesso aos bens e serviços coletivos." (grifos nossos).

Concluimos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 579/91.

Em vista do exposto, e considerando o caráter autorizatório da propositura, manifestamos nosso Parecer Favorável ao Projeto de Lei em epígrafe, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado João Iensen, o Projeto de Lei em tela "Autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até 04 (quatro) salários mínimos, conforme especifica".

Pela justificativa que acompanha a presente proposta verificamos que se trata de uma medida de relevante alcance social.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela Aprovação do Projeto em questão.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 579/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 393/91.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 393/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º Graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 108, de 03.09.91).



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relator

## PROJETO DE LEI Nº 386/91

P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para a devida análise, o Projeto de Lei nº 386/91, supra ementado, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que objetiva tornar obrigatória a assistência oftalmológica aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra-se amparada no que dispõe o art. 12, II, combinado com o art. 179, IX, da Constituição do Estado do Paraná. Também o art. 208, VII, da Constituição da República, oferece esteio à matéria em apreço.

Concluimos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 386/91.

No aspecto da técnica legislativa, por seu turno, a proposição em apreço merece alguns reparos, motivo que nos leva a oferecer à análise da douta Comissão e ao Plenário o Substitutivo Geral em anexo.

Em vista da constatada juridicidade da matéria, e adotado o substitutivo geral anexo, manifestamos nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 386/91, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 18.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

## PROJETO DE LEI Nº 386/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade tornar obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências.

No âmbito desta Comissão, indiscutível é o mérito, pelo relevante alcance social da medida, haja vista os motivos expostos pelo autor na justificativa, que demonstrou um estudo profundo da matéria.

Vale mencionar que o presente projeto regulamenta dispositivos constitucionais da Carta Estadual, art. 167, consagrados pela Constituição Federal, arts. 196, 208.

Diante do exposto o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

## PROJETO DE LEI Nº 386/91

Art. 1º - O Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, ou órgãos que lhe vierem a suceder, deverá estabelecer Programa de Assistência Oftalmológica aos pré-escolares e escolares de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino.

Art. 2º - No estabelecimento do programa previsto nesta lei, deverão ser observados os seguintes preceitos:

I - realização de teste de acuidade visual no primeiro ano escolar do estudante;

II - renovação do teste mencionado no inciso anterior a cada dois (02) anos;

III - estabelecimento de programa de estímulo à produção de lentes e armações para óculos de baixo custo, dirigida à população escolar carente;

IV - gratuidade nos exames.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

## PROJETO DE LEI Nº 386/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade tornar obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino e dá outras providências.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Saúde Pública, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

EDSON SILVA LINO

Relator

Projeto: aprovado.

O Substitutivo Geral será apreciado na próxima sessão.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que torna facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 116, de 17.09.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 413/91

P A R E C E R:

O douto parlamentar propõe projeto de lei que visa tornar facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Na sessão da Comissão de Constituição e Justiça do dia 01 de outubro de 1991, esta Relatora requereu, preliminarmente, a manifestação do Conselho Estadual de Educação sobre a proposta.

A presente proposição foi analisada pelo citado Conselho e o seu eminente Relator, professor Teófilo Bacha Filho acabou por sugerir algumas modificações, tornando ainda mais democrática a intenção do autor, e ressaltando que a proposta é viável e de grande valor. O relator do C.E.E. comenta que o termo "Conselho Escolar" possui um significado mais restrito, por isto sugere que seja substituído por "Comunidade Escolar", de acordo com o Art. 5º da Deliberação nº 020/91, do próprio Conselho Estadual de Educação, de forma a que a decisão sobre a adoção do uniforme reflita a expectativa de todos os envolvidos diretamente nesta questão, concretizando-se o princípio de gestão escolar democrática.

Diante do exposto, não encontramos óbices para a tramitação do presente nesta Casa; somos de parecer favorável, mas para melhor adequar o texto à pretensão do autor, apresentamos substitutivo geral em anexo.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 413/91

Art. 1º - É facultativo o uso de uniforme escolar para os alunos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e de 2º graus.

§ 1º - A adoção do uniforme escolar em

cada estabelecimento da rede estadual de ensino será decidida pela comunidade escolar, em assembléia geral convocada pela Direção do estabelecimento para tal finalidade, e terá validade por quatro (04) anos.

§ 2º - Findo esse prazo, a comunidade escolar decidirá, em assembléia convocada para esse fim, sobre a continuidade ou não, da adoção do uniforme escolar.

§ 3º - Decidida novamente a adoção do uniforme escolar, o período de adoção será sempre por 4 (quatro) anos.

Art. 2º - Fica por esta lei, revogado o art. 3º da Lei nº 7.962, de 22 de dezembro de 1984.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### PROJETO DE LEI Nº 413/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Alves, o Projeto de Lei nº 413/91, visa tornar facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Em trâmite pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria ora proposta mereceu por parte daquela Comissão, parecer favorável, sendo ainda apresentado substitutivo geral, substituindo os termos "Conselho Escolar", de significado mais restrito, por "Comunidade Escolar", termo que reflete mais a expectativa de todos os envolvidos diretamente nesta questão.

Esta douta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, face ao já exposto, e não tendo encontrado óbice tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei, emite o seu parecer favorável, na forma do substitutivo já proposto.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será apreciado em segunda.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

461/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO e OUTROS, que altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 129, de 08.10.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 461/91

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 461/91, apresentado pelo Deputado Colombino Grassano e outros, tem como finalidade a alteração organizacional básica da Polícia Civil, extinguindo as funções não gratificadas de Suplentes de Delegados de Polícia no interior do Estado, e ainda, outorgando ao Poder Executivo autorização para adaptação, nos termos desta lei, da estrutura organizacional da Polícia Civil.

O referido projeto, não fere a nenhum dispositivo constitucional. Desta forma, opinamos por sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 461/91

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 461/91, apresentado pelo Deputado Colombino Grassano e outros, pretende alterar a organização básica da Polícia Civil.

O vocábulo "Polícia", em sentido amplo, quer dizer ordem, disciplina e segurança públicas.

Vale dizer que polícia e governo, como administração pública interna, tem as mesmas finalidades ou seja a manutenção da ordem, do bem-estar coletivo e respeito às instituições estabelecidas.

Como instituição é órgão preventivo e repressivo quando atua como polícia judicial.

Como polícia criminal, a que se comete a missão de aparelhar através da investigação o processo judiciário tem necessidade de qualificações.

Sem sombra de dúvida, a depuração pretendida pelo projeto com a extinção do malsinado cargo de "suplente de polícia", irá melhor qualificar as corporações instituídas pelo Estado para exercitar o poder de polícia.

Opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

CEZAR SILVESTRI

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, nós entendemos que este projeto de lei, primeiro, não poderia ser um projeto de lei, porque as modificações que pretende o mencionado projeto, deveriam acontecer através de projeto de lei complementar.

Não vemos motivo, Sr. Presidente, para que a Assembléia Legislativa vote favoravelmente a este projeto, tendo em vista que a sistemática, hoje, que vem sendo adotada através de Secretaria de Segurança e Polícia Civil, de designar suplentes de delegados de polícia, embora para alguns possa parecer uma situação não recomendável, temos que, na maioria dos casos, produz efeitos positivos, porque em função do exercício de delegado numa determinada cidade, nós sabemos que nem em todo o momento e nem em toda a hora o delegado pode estar presente, porque muitas vezes é chamado para atender funções e serviços em outras cidades. Ou mesmo a pessoa pode adoecer. Ou mesmo a pessoa pode entrar de férias. Ou mesmo a pessoa pode se afastar por outros motivos. E nem sempre, nós sabemos disso, dado hoje e principalmente as vagas existentes nos quadros da Polícia Civil, nem sempre existem pessoas dos quadros da Secretaria de Segurança lotado no Departamento da Polícia Civil disponível para responder por estas delegacias.

E nós temos, por experiência dos municípios nos quais militamos, que existem suplentes de delegados em todas as oportunidades em que essas pessoas foram chamadas a responder pela função de delegado, interinamente é bem verdade, elas o fizeram com dedicação, com competência e com decência. E nada se registrou de anormal no exercício desta atividade em favor do município e dos moradores do município.

Por esta razão eu entendo que este projeto de lei não traz nada de positivo. Ao contrário. Ele irá prejudicar, se levado a efeito, prejudicar o trabalho da Polícia Civil do Estado do Paraná, porque nestas ausências, nas vacâncias que ocorrem na função de delegado num determinado município, não teremos, na maioria das vezes, pessoas encarregadas, pessoas responsáveis para dar continuidade ao trabalho que vem se desenvolvendo.

Neste sentido, eu apelo aos Srs. Deputados que votemos contrários a este projeto de lei, porque entendemos que, primeiro, deve ser objeto de lei complementar. Em segundo lugar, que irá, ao invés de ajudar a Polícia Civil do Estado, prejudicar o seu trabalho, o que não devemos pro-

piciar, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Da mesma forma, nós queremos registrar voto contrário, concordando com alguns dos argumentos do Deputado Pessuti. E, ao mesmo tempo, dizer que o fato de existir hoje os cargos de delegado suplente, não tem nenhum custo para o Estado.

Eu queria apenas, no encaminhamento, trazer a nossa preocupação, aqui já trazida em outro momento, quanto à segurança. Entendemos da necessidade do cargo e dos delegados suplentes dos municípios, mas, já foi aqui nesta Casa, Deputado Pessuti, assunto de discussão quanto às garantias destes trabalhadores do Estado. Quando um delegado destes, no momento em que assume a delegacia e um incidente ou um acidente ocorre, muitas famílias, neste Estado, já ficaram com problemas seriíssimos, por não terem nenhuma previdência quando um desastre destes ocorre.

Por isto é necessário também, que ao manter isso, nós tenhamos e o próprio governo do Estado, a Secretaria de Segurança, a preocupação de regulamentar de uma forma que ao assumir o cargo de delegado suplente, estes trabalhadores tenham uma remuneração e uma garantia enquanto permanecerem no cargo.

Eu tenho visto em alguns municípios, no interior do Estado, inclusive divergências sérias com as Câmaras de vereadores e o Executivo Municipal, porque na medida em que sai delegado de carreira do delegado titular e o suplente deve assumir ele não tem remuneração, ele não tem pagamento pelo seu trabalho e nenhum trabalhador poderá prestar esse serviço gratuito porque ele tem que sustentar a sua família, ele tem um lar para sustentar. E aí o que ocorre é que se procura a Prefeitura para pagar, aí tem que achar uma manobra na Prefeitura para pagar, para o Prefeito poder pagar esse salário, ou enviar à Câmara e problemas ocorrem. Então, é necessário que também por parte do Poder Executivo, urgentemente se regulamente de um forma que esses trabalhadores ao assumirem, necessários eles são para a sociedade paranaense. Mas ao assumirem possam ter uma garantia e uma certeza, de ter no mínimo uma Previdência ou no mínimo um pagamento pelo seu trabalho prestado à comunidade e à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Srs. Deputados que aprovam o projeto. Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/91, de autoria dos Deputados DALTON MACHUCA e ADEMAR LUIZ TRAIANO, que altera a redação do art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 130, de 26.11.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 465/91

P A R E C E R:

Pretende o projeto a equalização de tributação entre produtos feitos de pó de pedra e cimento e produtos cerâmicos destinados à construção civil.

Nada obsta que prospere.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 465/91

P A R E C E R:

De autoria dos ilustres Deputados Dalton Machuca e Ademar Luiz Traiano, o projeto de lei em tela "altera a redação do art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, referente ao ICMS".

A presente proposta foi encaminhada a esta Comissão para ser analisada, verificando-se assim que a matéria não se encontra devidamente instruída constitucionalmente, ferindo os preceitos legais: art. 155, § 2º, IV e VI da Constituição Federal.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças manifesta-se contrária, opinando pela rejeição do projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registrar o meu voto favorável ao parecer da Comissão de Finanças.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao professor de Educação Física a utilizar a carga horária, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e

C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91) Aprovado.

e C.F., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 152, de 19.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 511/91

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 526/91

P A R E C E R:

P A R E C E R:

O nobre Deputado Dirceu Manfrinato vem apresentar Projeto de Lei que leva o nº 511/91, objetivando autorizar o Poder Executivo - através da Secretaria de Estado da Educação - a permitir aos Professores de Educação Física utilizarem carga horária por ocasião de atividades extra classe.

Nada obsta que o presente projeto de Lei Complementar prospere estabelecendo no território estadual taxa relativa aos serviços de classificação de produtos vegetais, sem subprodutos e resíduos de valor econômico nos termos de Lei Federal nº 6.305/75.

Tratando-se de uma medida autorizatória, não vemos motivo para não aprovarmos a Proposição em análise, uma vez que não encontramos nenhum dispositivo constitucional legal que não o permita.

O Projeto nº 526/91, está em plenas condições de prosperar. O Projeto é meritório e oportuno em defesa dos consumidores.

Diante do exposto, o parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Presidente

JOSÉ TAVARES

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 526/91

PROJETO DE LEI Nº 511/91

P A R E C E R:

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado DIRCEU MANFRINATO, enseja autorizar o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Educação - a permitir que os professores de Educação Física exerçam atividades extra-classe no período regular da sua carga horária.

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente projeto de lei complementar visa no resguardo do interesse público, instituir, no território do Estado do Paraná, para atendimento do art. 159, da Constituição Estadual e disposições da Lei Federal nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, a taxa de serviços agrícolas, conforme específica.

No mérito, há que se distinguir o melhoramento que, autorizada, a medida propiciaria ao desenvolvimento de atividades afins, de forma a ampliar a importância que a disciplina pode apresentar em termos sociais, ou ainda, para o aprimoramento técnico desse quadro específico de professores.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou o aspecto legal e constitucional da referida matéria e nada encontrou o seu Relator, Deputado Rafael Greca de Macedo.

Por todos os motivos que se podem alinhar, o Projeto de Lei subexame merece o integral acolhimento desta Comissão.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conforme preceitua o Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, posiciona-se, igualmente pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 526/91.

E o parecer.

E parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

Sala das Comissões, em 09.12.91

(aa) ALCEU SWAROWSKI

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

Presidente

RENATO ADUR

NELSON GARCIA

Relator

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 526/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que no resguardo do interesse público, institui, no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no art. 159, da C.E. e disposições da Lei Federal nº 6.305, de 15.12.75, a taxa de serviços agrícolas, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 526/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade instituir no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no art. 159 da Constituição Estadual, e disposições da Lei Federal nº

6.305, de 15.12.75, a taxa de serviços agrícolas, conforme específica.

A medida proposta recebeu parecer favorável das doudas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei complementar em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

São necessários 28 votos.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto.

Aprovado, por unanimidade.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Só para informar que nós queremos aperfeiçoar o projeto, e em 2.ª Discussão apresentaremos Emenda ao mesmo.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que dá nova redação ao artigo 10, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. (Public. no D.A. nº 161 de 03.12.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 563/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Dalton Machuca

SOMULA: Dá nova redação ao artigo 10 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS).

A Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989 está sendo objeto de inúmeras alterações que deverão ser efetivadas através do Projeto de Lei encaminhado a esta Casa pela Mensagem Governamental nº 113/91, de 05 de novembro de 1991.

A proposta legislativa em exame tem a mesma finalidade e, por certo, contribuirá para aprimorar ainda mais os objetivos do Poder Executivo, motivo pelo qual somos pela sua aprovação.

Outrossim, e considerando que o projeto em estudo atende os preceitos constitucionais vigentes, entendemos prudente e oportuno sugerir ao seu nobre autor que providencie, na forma regimental, o seu apensamento àquele oriundo da Mensagem Governamental, propiciando um exame conjunto por parte do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 563/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, que tem por finalidade dar nova redação ao artigo 10 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registrar o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Sobre a Mesa, requerimentos nºs 553 e 557, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 560, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 552 e 556, de autoria do Senhor Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 555, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 551, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 548 e 549, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 550, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento nº 562, de autoria do Senhores Deputados Dalton Machuca e Antônio Annibelli, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimentos nº 533 e 534, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Nosso voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Requerimento nº 528, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nosso voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regis-

trado.

Requerimento nº 529, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nosso voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280, 382, 386, 413, 465, 492 e 511/91, do Projeto de Lei Complementar nº 526/91 e dos Projetos de Lei nºs 563/91 e 098/92.

Levanta-se a sessão.